

RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA N° 06/2014

AUDITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Sumário

1.	APRESENTAÇÃO	3
2.	ESCOPO.....	3
3.	INTRODUÇÃO	3
3.1.	Equipe de trabalho	3
3.2.	Visão geral do objeto.....	4
3.2.1.	Contexto atual do ensino de graduação na UNIPAMPA	4
3.2.2.	Definição da Amostra	4
3.2.3.	Critérios de análise	9
3.3.	Volume de recursos auditados	9
3.4.	Resultados Esperados com a auditoria	9
4.	CONSTATAÇÕES E CONSIDERAÇÕES	9
4.1.	PERDA DE RECURSOS PELO CÁLCULO OCC	9
4.1.1.	Considerações	9
4.1.2.	Critérios	10
4.1.3.	Evidências.....	10
4.1.4.	Análise do gestor sobre a constatação.....	10
4.1.5.	Conclusão da auditoria.....	11
4.1.6.	Recomendações.....	12
4.2.	RETENÇÃO	12
4.2.1.	Considerações	12
4.2.2.	Critérios	20
4.2.3.	Evidências.....	20
4.2.4.	Análise do gestor sobre a constatação.....	21
4.2.5.	Conclusão da auditoria.....	22
4.2.6.	Recomendações.....	23
4.3.	EVASÃO	24



4.3.1. Considerações	24
4.3.2. Critérios	33
4.3.3. Evidências.....	33
4.3.4. Análise do gestor sobre a constatação.....	33
4.3.5. Conclusão da auditoria.....	35
4.3.6. Recomendações.....	35
4.4. AVALIAÇÕES DOS ALUNOS SOBRE A GRADUAÇÃO	36
4.4.1. Considerações	36
4.4.2. Critérios	41
4.4.3. Evidências.....	41
4.4.4. Análise do gestor sobre a constatação.....	42
4.4.5. Conclusão da auditoria.....	42
4.4.6. Recomendações.....	43
4.5. CONTROLES DOS REGISTROS ACADÊMICOS.....	43
4.5.1. Considerações	43
4.5.2. Critérios	57
4.5.3. Evidências.....	58
4.5.4. Análise do gestor sobre a constatação.....	58
4.5.5. Conclusão da auditoria.....	60
4.5.6. Recomendações.....	61
5. PONTOS POSITIVOS	63
6. CONCLUSÃO.....	65
ANEXO I – CONSTATAÇÕES INICIAIS E ANÁLISE AMBIENTAL.....	66
ANEXO II – CRITÉRIOS - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E CONSIDERAÇÕES AUDITORIA.....	70
ANEXO III - AVALIAÇÃO DOS CONTROLES PELA PROGRAD COM OBSERVAÇÕES AUDIN.....	72

1. APRESENTAÇÃO

A ação 06 do PAINT 2014 refere-se à auditoria de Ensino de Graduação, área finalística da Universidade. O ensino, juntamente com a pesquisa e a extensão está na missão da UNIPAMPA, que assume, pelo seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o compromisso na formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

O ensino superior de qualidade, tão almejado por um país em desenvolvimento, tem ganhado cada vez mais espaço em programas governamentais, principalmente pela intenção de ampliar o número de vagas e democratizar o acesso a elas. Em igual grau de importância estão as questões relacionadas a prover a permanência dos alunos e a conclusão nos cursos acessados. A recente expansão do ensino superior refletiu em maiores investimentos na contratação de servidores, realização de obras, aquisição de equipamentos e no aumento de recursos de custeio para manutenção dos novos cursos ou das novas unidades, aumentando a expectativa por melhores resultados e a atenção dos órgãos de controle interno e externo do poder executivo federal.

A Auditoria Interna, consciente de sua responsabilidade em contribuir para melhorar os processos, buscou analisar, de forma objetiva e técnica, as condições que mais afetam o desempenho na área do ensino de graduação. Esse trabalho teve como base o planejamento realizado em 2014 que definiu os processos e áreas críticas na Universidade dentro de critérios que, dentre outros, pontuaram a atividade finalística com maior peso ante as atividades meio.

2. ESCOPO

Com base nos levantamentos para o projeto e validação da auditoria nas constatações iniciais e análise ambiental (**anexo I**) foram identificados os principais problemas da Universidade no ensino de graduação, sendo:

- ✓ Retenção em disciplinas;
- ✓ Evasão dos alunos;
- ✓ Controle dos registros acadêmicos.

3. INTRODUÇÃO

3.1. Equipe de trabalho

Nome	Cargo	Auditória
Frank Sammer Beulck Pahim	Administrador	Coordenador
Elizeu Costa	Assistente em Administração	Assistente
Ivani Soares	Secretária Executiva	Revisora textual

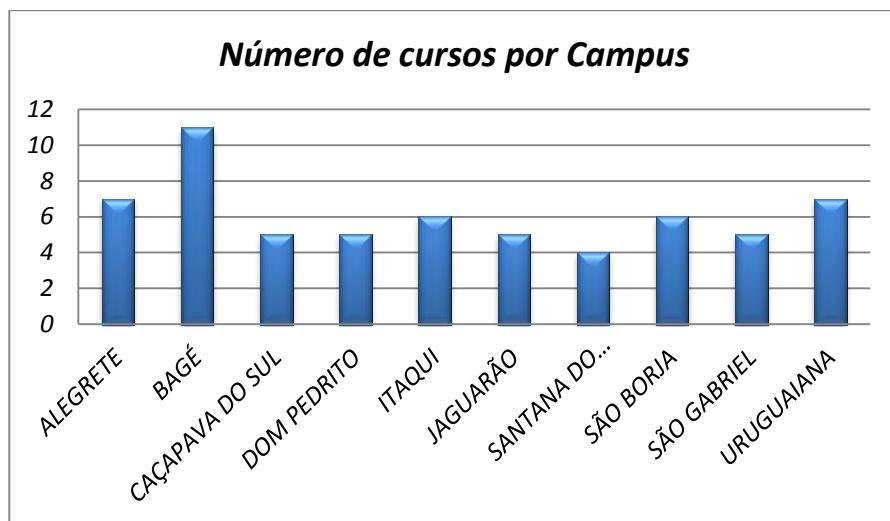


3.2. Visão geral do objeto

3.2.1. Contexto atual do ensino de graduação na UNIPAMPA

- ✓ Início das atividades em 2006
- ✓ 10 campi
- ✓ 63 cursos de graduação
- ✓ 18 cursos de pós-graduação *latu sensu*
- ✓ 11 cursos de pós-graduação *stricto sensu* (1 doutorado)
- ✓ 10468 alunos na graduação
- ✓ 419 alunos nas especializações
- ✓ 222 alunos nos mestrados
- ✓ 14 alunos no doutorado
- ✓ 790 docentes (2014)
- ✓ 698 técnicos-administrativos (2014)

Gráfico 1:



3.2.2. Definição da Amostra

A Auditoria, com base na planilha de vagas utilizada pela Divisão de Dados Acadêmicos – DDA para o processo seletivo complementar de 2014 (editais 178 e 179/2014), definiu como amostra os três cursos com maior número de vagas ociosas. A ociosidade foi definida pela multiplicação do tempo efetivo de duração do curso, em anos, pelas vagas de ingresso anual.

A amostra corresponde a quase 5% do total de cursos da UNIPAMPA, considerando campus e modalidades diferentes, conforme planilha 1:



Planilha 1: Cursos com maior percentual de vagas ociosas. Cursos selecionados como amostra (*)

	Campus	Curso	Sigla	Data início curso	Alunos atuais 2014/1	SiSU	Anos total curso	Vagas ciclo completo	Anos efetivos do curso até 2014/1	Vagas totais Ciclo atual 2014/1 (pelo nº efetivo de ingressos)	Nº Vagas ociosas 2014/1 considerando o tempo efetivo do ingresso	Nº Vagas ociosas em 2014 considerando o ciclo completo do curso	Nº Vagas ociosas em 2014 considerando o ciclo completo do curso	% Vagas ociosas pelo efetivo ingresso
1	Bagé	Letras Adicionais: Inglês, Espanhol e Resp. Literaturas	BALA	2006.1	88	50	4	200	8,5	200	112	112	112	56%
2	Jaguarão	* Letras Espanhol	JALPED	2006.2	100	50	4,5	225	8	225	125	125	125	56%
3	Bagé	Letras: Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas	BALE	2006.2	96	50	4	200	8	200	104	104	104	52%
4	Bagé	*Engenharia de Alimentos	BAEA	2006.2	128	50	5	250	8	250	122	122	122	49%
5	Itaqui	*Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	ITCTN	2011.1	159	75	4	300	3,5	300	141	141	141	47%
6	Bagé	Física	BALF	2006.2	106	50	4	200	8	200	94	94	94	47%
7	Itaqui	Engenharia de Agrimensura	ITEA	2012.1	84	50	5	250	2,5	150	66	166	166	44%
8	Jaguarão	História	JAHIS	2010.1	116	50	4	200	4,5	200	84	84	84	42%
9	Itaqui	Ciência e Tecnologia de Alimentos	ITTAI	2011.1	118	50	4	200	3,5	200	82	82	82	41%
10	Jaguarão	Produção e Política Cultural	JAPPC	2012.1	89	50	4	200	2,5	150	61	111	111	41%
11	Itaqui	Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	ITCTI	2011.1	134	75	3	225	3,5	225	91	91	91	40%
12	Bagé	Química	BALQ	2006.2	124	50	4	200	8	200	76	76	76	38%
13	São Gabriel	Engenharia Florestal	SGEF	2006.2	157	50	5	250	8	250	93	93	93	37%
14	Caçapava do Sul	Ciências Exatas	CSCE	2009.1	126	50	4	200	5,5	200	74	74	74	37%
15	Itaqui	Matemática	ITLM	2012.1	95	50	3	150	2,5	150	55	55	55	37%
16	Bagé	Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente	BAEERA	2006.2	164	50	5	250	8	250	86	86	86	34%
17	Alegrete	Engenharia Agrícola	ALEA	2010.1	164	50	5	250	4,5	250	86	86	86	34%
18	Dom Pedrito	Enologia	DPE	2011.1	132	50	4,5	225	3,5	200	68	93	93	34%
19	Jaguarão	Letras	JALPEN	2006.2	157	50	4,5	225	8	225	68	68	68	30%



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
AUDITÓRIA INTERNA

		Português/Espanhol											
20	São Borja	Jornalismo	SBJOR	2006.2	141	50	4	200	8	200	59	59	30%
21	Alegrete	Engenharia de Telecomunicações	ALET	2012.1	106	50	5	250	2,5	150	44	144	29%
22	Bagé	Música	BAMU	2012.1	53	25	3	75	2,5	75	22	22	29%
23	Uruguaiana	Ciências da Natureza	URLCN	2010.1	160	50	4,5	225	4,5	225	65	65	29%
24	São Gabriel	Gestão Ambiental	SGGEA	2006.2	164	50	4,5	225	8	225	61	61	27%
25	São Gabriel	Ciências Biológicas	SGBIL	2006.2	88	30	4	120	8	120	32	32	27%
26	Alegrete	Engenharia de Software	ALES	2010.1	147	50	4	200	4,5	200	53	53	27%
27	Dom Pedrito	Ciências da Natureza	DPLCN	2012.1	113	50	4,5	225	2,5	150	37	112	25%
28	São Borja	Ciências Humanas	SBCH	2006.2	154	50	4	200	8	200	46	46	23%
29	Bagé	Matemática	BALM	2006.2	154	50	4	200	8	200	46	46	23%
30	Uruguaiana	Aquicultura	URSTA	2009.1	116	50	3	150	5,5	150	34	34	23%
31	Bagé	Engenharia de Computação	BAEC	2006.2	194	50	5	250	8	250	56	56	22%
32	Alegrete	Ciência da Computação	ALCC	2006.2	156	50	4	200	8	200	44	44	22%
33	São Borja	Ciências Sociais - Ciência Política	SBCP	2006.2	156	50	4	200	8	200	44	44	22%
34	Caçapava do Sul	Engenharia Sanitária e Ambiental	CSESA	2012.1	117	50	5	250	2,5	150	33	133	22%
35	São Borja	Publicidade e Propaganda	SBPP	2006.2	160	50	4	200	8	200	40	40	20%
36	Caçapava do Sul	Geofísica	CSGEO	2006.2	128	40	4	160	8	160	32	32	20%
37	Dom Pedrito	Zootecnia	DPZ	2006.2	203	50	5	250	8	250	47	47	19%
38	Santana do Livramento	Ciências Econômicas	SLCE	2006.2	165	50	4	200	8	200	35	35	18%
39	São Gabriel	Ciências Biológicas	SGBIC	2006.2	101	30	4	120	8	120	19	19	16%
40	São Borja	Relações Públicas	SBRP	2006.2	172	50	4	200	8	200	28	28	14%
41	São Borja	Serviço Social	SBSS	2006.2	174	50	4	200	8	200	26	26	13%
42	Caçapava do Sul	Mineração	CSTM	2009.1	122	40	3,5	140	5,5	140	18	18	13%
43	Uruguaiana	Educação Física	URLEF	2009.1	175	50	4	200	5,5	200	25	25	13%
44	Uruguaiana	Medicina Veterinária	URVET	2009.1	356	80	5	400	5,5	400	44	44	11%
45	Jaguarão	Pedagogia	JAPEN	2006.2	178	50	4	200	8	200	22	22	11%
46	Caçapava do Sul	Geologia	CSGEL	2011.1	179	50	5	250	4,5	200	21	71	11%



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
AUDITÓRIA INTERNA

47	Uruguaiana	Farmácia	URFAR	2006.2	226	50	5	250	8	250	24	24	10%
48	Alegrete	Engenharia Elétrica	ALEE	2006.2	226	50	5	250	8	250	24	24	10%
49	Uruguaiana	Enfermagem	URENF	2006.2	228	50	5	250	8	250	22	22	9%
50	Itaqui	Nutrição	ITNUT	2010.1	183	50	4	200	4,5	200	17	17	9%
51	Alegrete	Engenharia Mecânica	ALEM	2009.1	238	50	5	250	5,5	250	12	12	5%
52	Dom Pedrito	Agronegócios	DPTA	2009.1	168	50	3,5	175	5,5	175	7	7	4%
53	Santana do Livramento	Administração	SLAD	2007.2	194	50	4	200	7	200	6	6	3%
54	Bagé	Engenharia Química	BAEQ	2006.2	251	50	5	250	8	250	-1	-1	0%
55	Jaguarão	Gestão de Turismo	JATUR	2006.2	131	50	2,5	125	8	125	-6	-6	-5%
56	Santana do Livramento	Gestão Pública	SLGP	2009.1	159	50	3	150	5,5	150	-9	-9	-6%
57	Santana do Livramento	Relações Internacionais	SLRI	2009.2	214	50	4	200	5	200	-14	-14	-7%
58	Bagé	Engenharia de Produção	BAEP	2006.2	271	50	5	250	8	250	-21	-21	-8%
59	Uruguaiana	Fisioterapia	URFIS	2006.2	277	50	5	250	8	250	-27	-27	-11%
60	Itaqui	Agronomia	ITAGR	2006.1	286	50	5	250	8,5	250	-36	-36	-14%
61	Santana do Livramento	Administração	SLAN	2007.2	240	50	4	200	7	200	-40	-40	-20%
62	Alegrete	Engenharia Civil	ALEC	2006.2	316	50	5	250	8	250	-66	-66	-26%
63	São Gabriel	Ciências Biológicas	111.UNI		2	0	0	0			-2	-2	
64	São Gabriel	Ciências Biológicas	127.UNI		2	0	0	0			-2	-2	
65	Bagé	Letras - Português e Espanhol	BALPE	2006.2	39	0	4	0	8		-39	-39	
66	Bagé	Letras - Português e Inglês	BALPI	2006.2	42	0	4	0	8		-42	-42	
67	Bagé	Letras - Português e Literaturas da Língua Portuguesa	BALP	2006.2	80	0	4	0	8		-80	-80	
68	São Gabriel	Ciências Biológicas	SGBIL		88	30	4	120			-88	32	
69	São Gabriel	Biotecnologia	SGBIO		137	50	4	200			-137	63	
70	Dom Pedrito	Licenciatura em Educação no Campo		2014/1									
71	Jaguarão	Pedagogia	JAPED		1*	50	4	200			*	199	
UNIPAMPA TOTAIS					10468	3225		13710		12690	2222*	3242	



Os campi de Bagé, Jaguarão e Itaqui figuram na planilha 1 como os que possuem cursos com o maior percentual de ociosidade na Universidade. Pelo critério do maior percentual de vagas ociosas da planilha DDA, de campi diferentes, a Auditoria definiu o Curso de Letras Português/Espanhol, diurno, de Jaguarão; o Curso de Engenharia de Alimentos, de Bagé; e o Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia – BICT, de Itaqui, como amostra de trabalho.

Os cursos selecionados foram objeto de entrevistas estruturadas com a coordenação acadêmica do campus, o coordenador do curso, a secretaria acadêmica e o núcleo de desenvolvimento educacional – NUDE. As entrevistas tiveram um roteiro estipulado e procuraram respostas a questões relacionadas às constatações iniciais que foram levantadas nas reuniões realizadas com os principais gestores da área (anexo I). Nas constatações referentes à retenção e à evasão a Auditoria optou por demonstrar os dados obtidos nos relatórios disponibilizados pelo NTIC, independente do curso ou do campus, procurando salientar os mais relevantes para o entendimento da situação encontrada.

Ainda em relação à seleção da amostra, faz-se necessário considerar:

1º que o Curso de Letras de Bagé, primeiro da planilha DDA, passou por uma modificação em 2012, onde Letras: Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas – BALE proporcionava o ingresso e a consequente opção pelos Cursos de Letras Português e Espanhol – BALPE e Letras Português e Inglês – BALPI, sendo substituídos pelo Curso de Letras Português e Literaturas da Língua Portuguesa – BALP, com 50 vagas a partir de 2013, em turno noturno; e pelo Curso de Letras Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas – BALA, também com 50 vagas, de ingresso em turno diurno. Essas alterações levaram a Auditoria a descartá-lo da primeira amostra de trabalho;

2º que o Curso de Letras – Português/Espanhol, de Jaguarão, assim como outros cursos da mesma modalidade (licenciatura), apresenta dificuldades de preencher as vagas iniciais. Conforme o relatório de gestão de 2013, o curso, que dispõe de 50 vagas anuais, preencheu 28 vagas através do SISU. Já em 2014, o Curso de Letras Português/Espanhol preencheu 22 das 50 vagas anuais, através do SISU, diferente do curso noturno que preencheu as vagas na totalidade. O Curso de Letras Português/Espanhol figura na planilha com 56% de ociosidade nas vagas, sendo um curso de 4,5 anos (criado em 2006/1), com conceito 4 na avaliação do MEC e 4 no ENADE, e representa uma amostra na área/modalidade da licenciatura;

3º que o Curso de Engenharia de Alimentos – EA, conforme inicialmente analisado pela Auditoria, apresenta dificuldades em relação ao alto percentual de retenção dos alunos nas disciplinas iniciais do curso (ciências exatas) e dificuldades com a permanência dos alunos (evasão). O Curso de EA apresenta uma ociosidade de 49%, é um curso consolidado, tendo iniciado suas atividades em 2006.2, com avaliação 3 pelo MEC e conceito 3 no ENADE. Representa uma amostra na área/modalidade dos bacharelados em engenharia;

4º que o Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia – BICT, de Itaqui, também apresenta uma grande ociosidade de vagas: 47% e, embora seja na mesma modalidade de bacharelado do Curso de Engenharia de Alimentos, de Bagé, por suas características curriculares diferenciadas, foi selecionado pela Auditoria como amostra. O BICT é uma proposta nova em termos de graduação, visa uma formação em ciclos, podendo seus discentes migrarem para outros cursos após integralizarem o currículo mínimo previsto. Este curso teve início em 2011 e ainda não sofreu avaliações do MEC e ENADE.

5º Dados e informações da referem-se ao primeiro semestre letivo de 2014;

3.2.3. Critérios de análise

Cada constatação do relatório apresenta os critérios analisados, sendo que o trabalho pretendido por esta Auditoria comprehende situações de análise de conformidade e de resultados a partir de objetivos, sendo mais afim com uma auditoria de desempenho. Conforme o *International Standards of Supreme Audit Institutions – ISSAI* (Normas Internacionais das Instituições Superiores de Auditoria), a auditoria de desempenho é uma revisão independente, objetiva e confiável sobre as ações, sistemas, operações, programas, atividades e organizações de um governo, operando sobre os princípios de economia, eficiência e eficácia, e com o objetivo de promover melhorias. Ainda segundo o ISSAI, a auditoria de desempenho promove a prestação de contas dos responsáveis pela governança e por tarefas sob sua supervisão, de forma a melhorar a gestão e promover a transparência. Assim, adaptando à realidade da Auditoria Interna, elegemos como principal critério de Auditoria o aspecto estratégico do ensino de graduação (**anexo II**), analisando seus principais problemas, observando as melhores práticas e as ações realizadas para melhorar o desempenho da área e/ou atingir resultados planejados. Consideramos, nos trabalhos de auditoria, a legislação pertinente: lei nº 9.394/96 – LDB, lei nº 10.861/04 – SINAES, lei 13.005/2014 – PNE, lei 12772/12; as normas internas de graduação (29/2011 - CONSUNI), resolução do PDI (71/2014 - CONSUNI), normas de encargos docente (79/2014 CONSUNI), resolução de avaliação da progressão docente (80/2014 CONSUNI), decreto 7233/2010 e portaria 651/2013 – OCC e decisão TCU 408/2002 (indicadores), dentre outras.

3.3. Volume de recursos auditados

Não se aplica.

3.4. Resultados Esperados com a auditoria

Melhoria dos processos e ações institucionais para resolução dos problemas (constatações).

4. CONSTATAÇÕES E CONSIDERAÇÕES

4.1. PERDA DE RECURSOS PELO CÁLCULO OCC

4.1.1. Considerações

A Matriz de Distribuição de Recursos de Custo e Capital – OCC, do MEC, é calculada com base em dois fatores preponderantes: a participação da IFES no conjunto dos alunos equivalentes e a participação da IFES na eficiência e qualidade acadêmica.

Segundo o artigo 3º da portaria 651, de 24/07/2013, a composição da Matriz OCC terá como base o número de alunos equivalentes de cada universidade, calculado a partir dos indicadores relativos **ao número de alunos matriculados**



e concluintes da graduação e pós-graduação de cada universidade federal, bem como, entre outros, o indicador de eficiência/eficácia RAP (Relação Aluno Professor) e os indicadores de qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação, baseados em sistemas de informação do Ministério da Educação (grifo nosso).

Analisando o volume de recursos repassados em 2014, o total distribuído pela matriz às IFES foi de R\$2.612.977.238,00. O volume repassado à UNIPAMPA, R\$27.137.226,00, considera o número de alunos matriculados e concluintes de graduação. Conforme o relatório de gestão de 2013, 50% dos cursos da UNIPAMPA ainda não tinham formandos em 2012, prejudicando o cálculo da Taxa de Sucesso da Graduação – TSG e tendo reflexo direto nos recursos que a Universidade recebe. A TSG, que é calculada pelo número de diplomados dividido pelo número de ingressantes, foi de 40,34% em 2011, 40,51% em 2012 e 35,02% em 2013. Como a matriz se baseia nos anos anteriores para obtenção dos dados sobre alunos e indicadores de qualidade da graduação e pós-graduação, considerando os índices de evasão obtidos pela Auditoria e o ciclo incompleto dos cursos, pressupõem-se uma perda considerável de recursos de custeio. Cada aluno evadido ou não concluinte tem um reflexo negativo na questão orçamentária, e este reflexo é do conhecimento da gestão embora não esteja disponível o cálculo do impacto financeiro no orçamento atual.

4.1.2. Critérios

Portaria 651/2013 – MEC – OCC

Indicadores de avaliação do TCU – decisão 408/2002

4.1.3. Evidências

Relatório de gestão 2013;

Matriz OCC MEC;

4.1.4. Análise do gestor sobre a constatação

A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) manifestou-se através do memorando 95/2014, de 28 de novembro de 2014, com as seguintes considerações sobre o texto e sobre as recomendações da Auditoria Interna (AUDIN):

1. “A relação concluintes/ingressantes possui um fator de distorção, visto que vários cursos da UNIPAMPA ainda não se encontram totalmente implantados. Como os cursos não se encontram ainda em situação de integralização curricular, não possuem concluintes. Se usarmos os dados somente dos cursos totalmente implantados, esse número se altera. Talvez seja interessante trabalhar também com esse dado, para termos uma informação sobre a nossa efetiva TSG.”
2. “A fórmula de cálculo da distribuição orçamentária é conhecida na UNIPAMPA, especialmente pela Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação (PROPLAN). Algumas simulações sobre o impacto do aumento orçamentário em função do aumento do número de concluintes foram apresentados na gestão anterior em Seminário de Formação de Coordenadores de Curso. Talvez seja o caso de resgatar este trabalho como forma de sensibilização das gestões de Campus e cursos sobre a questão.”



3. “Sobre a questão do combate à evasão nos cursos de graduação, razão maior da ociosidade de vagas nos cursos de graduação da UNIPAMPA, a PROGRAD está coordenando uma série de ações junto aos Campi para buscar um melhor entendimento e ações efetivas para solução deste problema. Entre essas ações destacam-se: a. Desenvolvimento de relatórios sobre retenção e evasão em cada curso, em parceria com o Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação (NTIC), estabelecendo o número e a razão da evasão em cada curso, bem como o roteiro de migração de discentes entre os cursos da Instituição, para um correto diagnóstico da situação; b. Reuniões periódicas com os Coordenadores Acadêmicos dos Campus, com as equipes do NuDE, com Diretores e Coordenadores de Curso para apresentação dos dados sobre retenção e evasão em cada curso e Campus; c. Ações específicas referentes ao problema da evasão, como as chamadas de projetos de ensino e pesquisa nos editais PBDP-EA (2013), PDP nº 160/2014 e PBDA – Iniciação ao Ensino, nas suas diversas edições. “

4. “Um dos focos de trabalho da PROGRAD no ano 2014, especialmente em relação à sua Coordenação de Registros Acadêmicos (COOREG), visou a qualificação dos registros e relatórios institucionais, para permitir um maior conhecimento da Instituição de forma que boas decisões de gestão possam ser tomadas com dados concretos.”

Sobre a OCC e com base na manifestação do gestor (PROGRAD) a AUDIN expediu a SA 034/2014 de 03/12/2014 para a PROPLAN solicitando o cálculo do impacto orçamentário pela perda de alunos na graduação (evasão) e/ou pelo incremento do número de formandos, e obteve resposta através do memorando 221/2014 de 19/12/2014:

SA 034/2014 DE 03/12/2014 para a pró-reitora da PROPLAN

5. “A divisão de Planejamento da UNIPAMPA já tem realizado diversos estudos sobre o impacto orçamentário. Inclusive, a distribuição interna de recursos é composta de duas matrizes: I – leva em consideração o modelo antigo em que era atribuído 90% de conclusão e, II – leva em conta os dados dos concluintes e dos matriculados (em curso). Informamos que não foram efetivados cálculos com relação ao montante distribuído pela Matriz OCC do MEC e que realizar simulações com qualquer proposição de incremento, significa alterar as proporcionalidades distribuídas entre todas as IES, alterando variáveis que não estão no âmbito da UNIPAMPA. Portanto, para que seja possível realizar o cálculo do impacto, necessitariam de acesso à planilha completa com os dados da OCC de todas as IFES do país, a fim de apresentar simulações com o impacto do acréscimo de concluintes.”

4.1.5. Conclusão da auditoria

1. A taxa de sucesso – TSG é calculada com base na decisão TCU 408/2002 e os dados utilizados pela auditoria foram obtidos no Relatório de Gestão de 2013. O conhecimento interno da taxa real de sucesso na graduação é importante e deve ser de conhecimento da gestão (campus e reitoria);

2. A distribuição pela matriz OCC considera 80% (aluno equivalente) e 20% (índice de qualidade e produtividade), sendo que o aluno equivalente é o principal indicador utilizado para fins de análise dos custos de manutenção das Instituições



Federais de Educação Superior (IFES). O cálculo desse indicador foi objeto de estudos realizados pela Secretaria de Educação Superior do MEC e pela ANDIFES. Para o cálculo do aluno equivalente são utilizados quatro indicadores parciais, referentes às atividades educacionais, nos seguintes níveis: Graduação, Mestrado, Doutorado e Residência Médica.

3 e 4. Consideramos essenciais o entendimento das causas que levam à evasão e a importância da utilização e aprimoramento dos relatórios aos quais a Auditoria teve acesso através do NTIC e que possibilitaram a realização deste trabalho. Consideramos importantes as ações já realizadas e em implantação pela PROGRAD, que se alinham às recomendações da Auditoria sobre as constatações, inclusive em relação à melhoria na estrutura de pessoal da Coordenação de Registros Acadêmicos, que tem um papel de vital importância na área.

5. Concordamos que não é possível realizar a simulação de impacto sem acesso à planilha OCC aberta (com os dados que compuseram a distribuição orçamentária), sendo esta a única forma possível de simulação do impacto financeiro que garante um resultado fidedigno, uma vez que a alteração para mais ou para menos na matriz altera toda a proporcionalidade das IFES, conforme manifestado pela PROPLAN.

4.1.6. Recomendações

1. Solicitar ao MEC/ANDIFES a planilha OCC com os dados das instituições utilizados para o rateio, de forma a possibilitar simulações com o incremento dos formandos (PROPLAN);

4.2. RETENÇÃO

4.2.1. Considerações

O discente da UNIPAMPA ingressa basicamente pelo Sistema de Seleção Unificada – SISU, onde a oferta total é de 3.120 vagas anuais. Existem outras formas de ingresso na Universidade tais como: convênio entre a UNIPAMPA e o Instituto Federal Farroupilha, onde são ofertadas 25 vagas no curso de Engenharia Agrícola pelo SISU; processos seletivos complementares - nas modalidades de portador de diploma, reingresso, reopção, transferência voluntária ou externa; processo seletivo de uruguaios fronteiriços; e processo seletivo para Licenciatura em Educação do Campo. Em 2013, os processos seletivos citados, com exceção ao de Licenciatura em educação do Campo e do SISU, resultaram em 382 ingressos (relatório de gestão 2013).

Um dos principais problemas mencionados nas reuniões iniciais com os gestores da área de ensino de graduação (**anexo I**), relacionados aos discentes na Universidade, diz respeito à retenção em componentes curriculares.

O problema da retenção em disciplinas, principalmente aquelas relacionadas às ciências exatas, é, possivelmente, um dos fatores que desmotivam o aluno e contribuem para a evasão. **A retenção não permite que o aluno evolua no**



curso, consumindo, além do necessário, os recursos institucionais, sobrecarregando a demanda por docentes nas disciplinas básicas e inviabilizando, muitas vezes, o ingresso de novos alunos pelos editais complementares.

Os relatórios do sistema de Gestão Unificada de Recursos Institucionais - GURI, com os dados dos alunos e disciplinas com maior retenção, nos dão a dimensão do problema relacionado ao baixo desempenho acadêmico. Os relatórios foram obtidos pela Auditoria através da liberação do acesso pelo Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação - NTIC e podem ser gerados pelo sistema GURI (códigos 3044 e 3104), sendo que, pelo grande volume de dados, optamos por relacionar as cem disciplinas que mais retém alunos e os alunos que mais apresentam retenção, pelas suas matrículas, até a centésima posição:

1. Disciplinas com maior retenção em função do número total de reprovações durante toda a oferta do componente curricular (ponto de corte na centésima disciplina):

Planilha 2: Disciplinas com maior retenção em função do número total de reprovações

POSIÇÃO	DISCIPLINA	CAMPUS	CURSO	TOTAL	APROV	REPR NOTA	REPR FREQ	REPR TOTAL	% APROV	% REPROV
1	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente	685	203	316	166	482	29,64	70,36
2	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente	698	218	271	209	480	31,23	68,77
3	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia de Produção	695	227	220	248	468	32,66	67,34
4	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia de Computação	662	205	207	250	457	30,97	69,03
5	CALCULO I	Campus Caçapava do Sul	Bacharelado em Geofísica	637	188	215	234	449	29,51	70,49
6	INTRODUCAO A ARQUITETURA DE COMPUTADORES	Campus Bagé	Engenharia de Computação	654	209	152	293	445	31,96	68,04
7	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos	610	170	269	171	440	27,87	72,13
8	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Produção	649	210	259	180	439	32,36	67,64
9	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos	563	166	240	157	397	29,48	70,52
10	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia Química	631	238	246	147	393	37,72	62,28
11	FISICA I	Campus Bagé	Licenciatura em Física	460	80	219	161	380	17,39	82,61
12	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia Química	630	255	261	114	375	40,48	59,52
13	CALCULO I	Campus Bagé	Licenciatura em Física	470	102	204	164	368	21,70	78,30
14	ALGEBRA LINEAR	Campus Alegrete	Engenharia Elétrica	532	170	222	140	362	31,95	68,05
15	GEOMETRIA ANALITICA	Campus Alegrete	Bacharelado em Ciência da Computação	522	160	248	114	362	30,65	69,35
16	GEOMETRIA ANALITICA	Campus Bagé	Engenharia de Produção	516	161	126	229	355	31,20	68,80
17	BASES MATEMÁTICAS	Campus Itaqui	Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	466	119	173	174	347	25,54	74,46
18	ALGEBRA LINEAR	Campus Alegrete	Bacharelado em Ciência da Computação	431	97	216	118	334	22,51	77,49
19	CALCULO I	Campus Bagé	Licenciatura em Química	464	132	197	135	332	28,45	71,55
20	ALGORITMOS E PROGRAMACAO	Campus Bagé	Engenharia de Computação	546	229	110	207	317	41,94	58,06
21	GEOMETRIA ANALITICA	Campus Bagé	Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente	489	175	138	176	314	35,79	64,21
22	GEOMETRIA ANALITICA	Campus Bagé	Engenharia de Computação	481	170	147	164	311	35,34	64,66
23	GEOMETRIA ANALITICA	Campus Bagé	Licenciatura em Física	383	76	127	180	307	19,84	80,16
24	ALGEBRA LINEAR	Campus Alegrete	Engenharia Civil	543	243	206	94	300	44,75	55,25
25	GEOMETRIA ANALITICA	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos	435	139	176	120	296	31,95	68,05
26	RESISTENCIA DOS MATERIAIS I	Campus Alegrete	Engenharia Civil	400	118	214	68	282	29,5	70,50
27	GEOMETRIA ANALITICA	Campus Bagé	Engenharia Química	477	196	165	116	281	41,09	58,91



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
AUDITÓRIA INTERNA

28	MECANICA GERAL	Campus Alegrete	Engenharia Civil	445	165	177	103	280	37,08	62,92
29	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Computação	434	158	147	129	276	36,41	63,59
30	CALCULO II	Campus Bagé	Engenharia Química	464	190	170	104	274	40,95	59,05
31	CALCULO I	Campus Alegrete	Engenharia Elétrica	414	148	175	91	266	35,75	64,25
32	CALCULO I	Campus Alegrete	Engenharia Civil	449	187	200	62	262	41,65	58,35
33	LABORATORIO DE FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente	490	236	125	129	254	48,16	51,84
34	CALCULO II	Campus Bagé	Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente	399	145	145	109	254	36,34	63,66
35	ALGORITMOS E PROGRAMACAO	Campus Bagé	Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente	402	149	104	149	253	37,06	62,94
36	CALCULO II	Campus Bagé	Engenharia de Produção	396	152	86	158	244	38,38	61,62
37	LABORATORIO DE FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos	432	190	104	138	242	43,98	56,02
38	LABORATORIO DE FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Produção	480	239	84	157	241	49,79	50,21
39	ALGORITMOS E PROGRAMACAO	Campus Bagé	Engenharia de Produção	395	155	102	138	240	39,24	60,76
40	CALCULO I	Campus Alegrete	Bacharelado em Ciência da Computação	366	132	130	104	234	36,07	63,93
41	CALCULO II	Campus Bagé	Engenharia de Computação	361	127	96	138	234	35,18	64,82
42	ALGORITMOS E PROGRAMACAO	Campus Bagé	Engenharia Química	406	174	115	117	232	42,86	57,14
43	FISICA I	Campus Alegrete	Engenharia Elétrica	389	160	171	58	229	41,13	58,87
44	LABORATORIO DE FISICA I	Campus Bagé	Licenciatura em Física	344	115	81	148	229	33,43	66,57
45	MATEMATICA	Campus Itaqui	Bacharelado em Agronomia	356	129	140	87	227	36,24	63,76
46	QUIMICA GERAL	Campus Bagé	Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente	345	119	132	94	226	34,49	65,51
47	TEORIA ELEMENTAR DAS FUNCOES	Campus Bagé	Licenciatura em Matemática	413	188	93	132	225	45,52	54,48
48	GEOMETRIA ANALITICA	Campus Bagé	Licenciatura em Química	324	104	127	93	220	32,10	67,90
49	BOTÂNICA GERAL	Campus São Gabriel	Bacharelado em Gestão Ambiental	400	185	134	81	215	46,25	53,75
50	GEOMETRIA ANALITICA	Campus Caçapava do Sul	Bacharelado em Geofísica	361	149	147	65	212	41,27	58,73
51	ALGEBRA LINEAR	Campus Alegrete	Engenharia Mecânica	337	126	148	63	211	37,39	62,61
52	FISICA FUNDAMENTAL I	Campus Caçapava do Sul	Bacharelado em Geofísica	357	148	118	91	209	41,46	58,54
53	ALGORITMOS E PROGRAMACAO	Campus Alegrete	Bacharelado em Ciência da Computação	342	133	95	114	209	38,89	61,11
54	LABORATORIO DE FISICA I	Campus Caçapava do Sul	Bacharelado em Geofísica	439	231	65	143	208	52,62	47,38
55	ALGORITMOS E PROGRAMACAO	Campus Alegrete	Engenharia Elétrica	369	161	117	91	208	43,63	56,37
56	FÍSICA PARA ENGENHARIA FLORESTAL I	Campus São Gabriel	Engenharia Florestal	391	184	136	71	207	47,06	52,94
57	TEORIA ECONOMICA	Campus Santana do Livramento	Bacharelado em Administração	670	464	116	90	206	69,25	30,75
58	DESENHO TECNICO I	Campus Bagé	Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente	375	173	73	129	202	46,13	53,87
59	INTRODUCAO A LOGICA MATEMATICA	Campus Bagé	Licenciatura em Matemática	365	165	74	126	200	45,21	54,79
60	FISICA II	Campus Alegrete	Engenharia Elétrica	371	173	129	69	198	46,63	53,37
61	FISICA I	Campus Bagé	Licenciatura em Química	266	68	120	78	198	25,56	74,44
62	FISICA I	Campus Caçapava do Sul	Bacharelado em Geofísica	236	38	78	120	198	16,10	83,90
63	CALCULO I	Campus Bagé	Licenciatura em Matemática	314	118	95	101	196	37,58	62,42
64	LABORATORIO DE FISICA I	Campus Bagé	Engenharia Química	471	276	101	94	195	58,60	41,40
65	FISICA II	Campus Bagé	Engenharia de Produção	356	162	114	80	194	45,51	54,49
66	ESTATISTICA	Campus Santana do Livramento	Administrado	540	347	102	91	193	64,26	35,74
67	FUNDAMENTOS DE MATEMATICA ELEMENTAR	Campus Bagé	Licenciatura em Matemática	304	112	92	100	192	36,84	63,16
68	MATEMÁTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS AGRÁRIAS	Campus São Gabriel	Engenharia Florestal	374	183	118	73	191	48,93	51,07



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
AUDITORIA INTERNA

69	ELEMENTOS DE GEOMETRIA ANALITICA	Campus Bagé	Licenciatura em Matemática	278	87	85	106	191	31,29	68,71
70	QUIMICA GERAL	Campus Bagé	Licenciatura em Química	287	100	105	82	187	34,84	65,16
71	ALGORITMOS E PROGRAMACAO	Campus Bagé	Licenciatura em Física	271	84	59	128	187	31,00	69,00
72	FISICA II	Campus Alegrete	Engenharia Civil	334	148	135	51	186	44,31	55,69
73	CIRCUITOS DIGITAIS	Campus Alegrete	Bacharelado em Ciência da Computação	366	183	83	100	183	50,00	50,00
74	ANATOMIA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS I	Campus Uruguaiana	Medicina Veterinária	470	288	96	86	182	61,28	38,72
75	QUIMICA GERAL	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos	291	109	90	92	182	37,46	62,54
76	QUIMICA GERAL	Campus Uruguaiana	Bacharelado em Farmácia	483	303	107	73	180	62,73	37,27
77	CALCULO III	Campus Bagé	Engenharia de Produção	298	120	106	72	178	40,27	59,73
78	DESENHO TECNICO I	Campus Bagé	Engenharia de Produção	395	218	66	111	177	55,19	44,81
79	SISTEMAS PRODUTIVOS I	Campus Bagé	Engenharia de Produção	495	319	80	96	176	64,44	35,56
80	CALCULO I	Campus Alegrete	Engenharia Mecânica	366	191	126	49	175	52,19	47,81
81	CALCULO A	Campus Alegrete	Bacharelado em Ciência da Computação	222	47	91	84	175	21,17	78,83
82	FISICA I	Campus Alegrete	Engenharia Civil	393	221	124	48	172	56,23	43,77
83	ALGORITMOS E PROGRAMACAO	Campus Alegrete	Engenharia Civil	367	195	105	67	172	53,13	46,87
84	MATEMATICA FINANCEIRA	Campus Santana do Livramento	Bacharelado em Administração	585	415	97	73	170	70,94	29,06
85	GEOMETRIA ANALITICA	Campus Alegrete	Engenharia Mecânica	340	170	132	38	170	50,00	50,00
86	BASES DE GENÉTICA	Campus Itaqui	Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	297	127	61	109	170	42,76	57,24
87	FISICA II	Campus Alegrete	Engenharia Mecânica	286	118	141	27	168	41,26	58,74
88	FISICA II	Campus Bagé	Engenharia de Computação	262	94	95	73	168	35,88	64,12
89	MÉTODOS EM PESQUISA	Campus Itaqui	Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	289	123	58	108	166	42,56	57,44
90	FISICA II	Campus Bagé	Engenharia Química	350	185	110	55	165	52,86	47,14
91	I MECANICA DOS SOLOS	Campus Alegrete	Engenharia Civil	338	173	124	41	165	51,18	48,82
92	MATEMATICA DISCRETA	Campus Alegrete	Bacharelado em Ciência da Computação	315	150	65	100	165	47,62	52,38
93	GEOMETRIA ANALITICA	Campus Alegrete	Engenharia Elétrica	315	151	117	47	164	47,94	52,06
94	CALCULO II	Campus Alegrete	Bacharelado em Ciência da Computação	255	91	74	90	164	35,69	64,31
95	ANALISE DE DEMONSTRACOES CONTABEIS	Campus Santana do Livramento	Bacharelado em Administração	614	451	63	100	163	73,45	26,55
96	DESENHO TECNICO I	Campus Bagé	Engenharia Química	338	175	90	73	163	51,78	48,22
97	CALCULO II	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos	268	105	65	98	163	39,18	60,82
98	ALGORITMOS E PROGRAMACAO	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos	272	111	62	99	161	40,81	59,19
99	ALGORITMOS E PROGRAMACAO	Campus Alegrete	Engenharia Agrícola	245	85	83	77	160	34,69	65,31
100	QUIMICA GERAL	Campus Bagé	Engenharia Química	328	170	111	47	158	51,83	48,17

Fonte: GURI

Pela análise da Planilha 2 é possível identificar as disciplinas que tiveram maior número de alunos matriculados e maior número de alunos reprovados. Se considerarmos a proporcionalidade apenas daquelas disciplinas com percentual acima de 75% de reprovação dentre as 100 listadas, temos:

1. Física I, do Campus Bagé, do Curso de Licenciatura em Física com 82,61% de reprovação;
2. Cálculo I, do Campus Bagé, do Curso de Licenciatura em Física com 78,30% de reprovação;
3. Álgebra linear, do Campus Alegrete, do Curso de Bacharelado em Ciência da Computação com 77,49% de reprovação;
4. Geometria Analítica, do Campus Bagé, do Curso de Licenciatura em Física com 80,16% de reprovação;
5. Física I, do Campus Caçapava do Sul, do Curso Bacharelado em Geofísica com 83,90% de reprovação;



6. Cálculo A, do Campus Alegrete, do Curso de Bacharelado em Ciência da Computação com 78,83% de reprovado.

Salientamos que o relatório completo apresenta outras disciplinas com números bem menores de alunos matriculados, porém com um percentual maior de reprovado, como é do caso das disciplinas de Teoria Elementar das Funções, do Campus Caçapava do Sul; do Curso Bacharelado em Geofísica, também do Campus Caçapava do Sul, que teve 33 alunos matriculados e apenas 1 aluno aprovado, sendo 03 reprovadas por nota e 29 por frequência, percentual de 96,97% de reprovado; e Cálculo I, do Campus Itaqui, Curso de Engenharia em Agrimensura, que teve 138 alunos matriculados e apenas 10 aprovados, sendo 70 reprovadas por nota e 58 por frequência, percentual de 92,75% de reprovado.

Esses números demonstram uma situação preocupante. Nas entrevistas com os coordenadores acadêmicos e coordenadores de curso dos campi selecionados como amostra, foram citadas poucas iniciativas que remetam a um acompanhamento individual dos discentes e dos docentes de modo a identificar as causas da repetência e subsidiar ações para minimizar sua incidência. Dentre os pontos mais citados nas entrevistas temos que o baixo desempenho dos alunos ingressantes no ENEM é responsável por boa parte das retenções, além de fatores como desinteresse pelas disciplinas básicas dos cursos e falta de contato inicial com docentes do curso pretendido.

Outro fato relacionado à retenção diz respeito aos diferentes percentuais de reprovado, conforme apresentado na planilha 3, na qual podemos observar isoladamente a situação da Física I em diferentes campi:

Planilha 3: Situação da Física I em diferentes campi

POSIÇÃO	DISCIPLINA	CAMPUS	CURSO	TOTAL	APROV	REPR NOTA	REPR FREQ	REPR TOTAL	% APROV	% REPROV
1	FÍSICA I	Campus Bagé	Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente	685	203	316	166	482	29,64	70,36
2	FÍSICA I	Campus Bagé	Engenharia de Produção	649	210	259	180	439	32,36	67,64
3	FÍSICA I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos	563	166	240	157	397	29,48	70,52
4	FÍSICA I	Campus Bagé	Engenharia Química	631	238	246	147	393	37,72	62,28
5	FÍSICA I	Campus Bagé	Licenciatura em Física	460	80	219	161	380	17,39	82,61
6	FÍSICA I	Campus Bagé	Engenharia de Computação	434	158	147	129	276	36,41	63,59
7	FÍSICA I	Campus Alegrete	Engenharia Elétrica	389	160	171	58	229	41,13	58,87
8	FÍSICA I	Campus Bagé	Licenciatura em Química	266	68	120	78	198	25,56	74,44
9	FÍSICA I	Campus Caçapava do Sul	Bacharelado em Geofísica	236	38	78	120	198	16,10	83,90
10	FÍSICA I	Campus Alegrete	Engenharia Civil	393	221	124	48	172	56,23	43,77
11	FÍSICA I	Campus Alegrete	Engenharia Mecânica	348	196	103	49	152	56,32	43,68
12	FÍSICA I	Campus Alegrete	Engenharia Agrícola	231	85	127	19	146	36,80	63,20
13	FÍSICA I	Campus Bagé	Licenciatura em Matemática	164	58	52	54	106	35,37	64,63
14	FÍSICA I	Campus Caçapava do Sul	Bacharelado em Geologia	93	32	40	21	61	34,41	65,59
15	FÍSICA I	Campus Alegrete	Engenharia de Telecomunicações	108	58	30	20	50	53,70	46,30
16	FÍSICA I	Campus Caçapava do Sul	Engenharia Sanitária e Ambiental	65	24	40	1	41	36,92	63,08
17	FÍSICA I	Campus Itaqui	Engenharia em Agrimensura	30	7	6	17	23	23,33	76,67
18	FÍSICA I	Campus Caçapava do Sul	Curso Superior de Tecnologia em Mineração	14	1	9	4	13	7,14	92,86
19	FÍSICA I	Campus Bagé	Licenciatura em Letras - Habilidades Português e Literaturas de Língua Portuguesa	7	0	3	4	7	0	100



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
AUDITORIA INTERNA

20	FISICA I	Campus Caçapava do Sul	Licenciatura em Ciências Exatas	7	1	3	3	6	14,29	85,71
21	FÍSICA I	Campus Itaqui	Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	14	10	1	3	4	71,43	28,57
22	FISICA I	Campus Alegrete	Bacharelado em Ciência da Computação	5	1	3	1	4	20	80
23	FISICA I	Campus Bagé	Licenciatura em Letras - Habilidades Português/Inglês e Respectivas Literaturas	2	0	1	1	2	0	100
24	FISICA I	Campus Dom Pedrito	Bacharelado em Enologia	2	1	0	1	1	50	50
25	FISICA I	Universidade Federal do Pampa	ALUNO EM REGIME ESPECIAL DE GRADUACAO	2	1	0	1	1	50	50
26	FISICA I	Campus Bagé	Licenciatura em Letras Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas	1	0	0	1	1	0	100
27	FISICA I	Campus São Borja	Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo	1	0	1	0	1	0	100
28	FISICA I	Campus Uruguaiana	Bacharelado em Farmácia	1	0	1	0	1	0	100
29	FISICA I	Campus Alegrete	Engenharia de Software	1	1	0	0	0	100	0
30	FISICA I	Campus Bagé	Licenciatura em Letras - Português e Literaturas da Língua Portuguesa	1	1	0	0	0	100	0
31	FISICA I	Campus São Gabriel	Bacharelado em Gestão Ambiental	1	1	0	0	0	100	0
32	FÍSICA I	Campus Itaqui	Bacharelado em Agronomia	0	0	0	0	0		
33	FISICA I	Campus Itaqui	Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	0	0	0	0	0		

Com base nos dados da planilha 3, consideramos essencial que sejam analisadas as questões relacionadas aos diferentes níveis de reprovações entre componentes curriculares semelhantes, de forma a identificar quais fatores contribuem para que um componente curricular ministrado por um professor tenha um percentual menor de retenções em comparação ao mesmo componente curricular de outro professor. A comparação sugerida pela Auditoria leva em consideração o necessário acompanhamento dos fatores de retenção, sem a pretensão de obter resultados positivos em detrimento da qualidade do ensino, e sim de identificar metodologias e processos que melhorem o desempenho e resultem em progressão dos alunos no curso. Também é necessário analisar componentes curriculares afins das ciências exatas em cursos de licenciatura de outras áreas, como Licenciatura em Letras (posição 19, 23, 26 e 30 da planilha 3).

2. Alunos com maior retenção em disciplinas, ordenada pelo maior número de incidências (ponto de corte na centésima matrícula):

Planilha 4: Alunos com maior retenção em disciplinas

POSIÇÃO	DISCIPLINA	CAMPUS	CURSO	MATRÍCULA	FORMA EVAISÃO	TOTAL	APROV	REPR NOTA	REPR FREQ
1	FISICA II	Campus Bagé	Licenciatura em Química	██████████	Aluno Regular	12	0	9	3
2	INTRODUCAO A ARQUITETURA DE COMPUTADORES	Campus Bagé	Engenharia de Computação	██████████	Desligamento	11	0	1	10
3	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos	██████████	Abandono	10	0	4	6
4	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos	██████████	Aluno Regular	10	0	9	1
5	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos	██████████	Aluno Regular	10	0	4	6
6	CALCULO II	Campus Bagé	Engenharia de Computação	██████████	Abandono	10	0	3	7
7	LABORATORIO DE FISICA II	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos	██████████	Desligamento	9	0	1	8
8	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos	██████████	Transferência Interna Por Reopção de Curso	9	0	2	7



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
AUDITÓRIA INTERNA

9	CALCULO II	Campus Bagé	Engenharia de Produção		Aluno Regular	9	0	1	8
10	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia Química		Aluno Regular	9	0	6	3
11	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia Química		Abandono	9	0	3	6
12	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia Química		Abandono	9	0	4	5
13	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia Química		Abandono	9	0	4	5
14	CALCULO I	Campus Bagé	Licenciatura em Física		Abandono	9	0	1	8
15	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos		Cancelamento	8	0	3	5
16	CALCULO II	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos		Desligamento	8	0	1	7
17	QUIMICA ANALITICA TEORICA	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos		Desligamento	8	0	2	6
18	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos		Aluno Regular	8	0	6	2
19	LABORATORIO DE FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos		Transf. Interna Por Reopção de Curso	8	0	1	7
20	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente		Aluno Regular	8	0	7	1
21	CALCULO II	Campus Bagé	Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente		Cancelamento	8	0	2	6
22	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Produção		Abandono	8	0	4	4
23	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Produção		Aluno Regular	8	0	7	1
24	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia Química		Abandono	8	0	1	7
25	CALCULO III	Campus Bagé	Engenharia Química		Aluno Regular	8	0	6	2
26	CALCULO III	Campus Bagé	Licenciatura em Química		Aluno Regular	8	0	4	4
27	ALGEBRA LINEAR	Campus Alegrete	Bacharelado em Ciência da Computação		Abandono	7	0	6	1
28	CALCULO I	Campus Alegrete	Engenharia Civil		Aluno Regular	7	0	3	4
29	CALCULO I	Campus Alegrete	Engenharia Civil		Aluno Regular	7	0	7	0
30	CALCULO I	Campus Alegrete	Engenharia Civil		Aluno Regular	7	0	5	2
31	ALGEBRA LINEAR	Campus Alegrete	Engenharia Elétrica		Aluno Regular	7	0	5	2
32	FISICA II	Campus Alegrete	Engenharia Elétrica		Aluno Regular	7	0	2	5
33	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos		Abandono	7	0	5	2
34	ALGORITMOS E PROGRAMACAO	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos		Abandono	7	0	0	7
35	FISICA II	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos		Cancelamento	7	0	5	2
36	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos		Desligamento	7	0	3	4
37	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos		Abandono	7	0	7	0
38	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos		Abandono	7	0	2	5
39	ALGORITMOS E PROGRAMACAO	Campus Bagé	Engenharia de Computação		Desligamento	7	0	0	7
40	ALGORITMOS E PROGRAMACAO	Campus Bagé	Engenharia de Computação		Abandono	7	0	0	7
41	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Computação		Aluno Regular	7	0	3	4
42	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Computação		Desligamento	7	0	4	3
43	FISICA II	Campus Bagé	Engenharia de Computação		Aluno Regular	7	0	6	1
44	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Computação		Aluno Regular	7	0	4	3
45	CIRCUITOS ELETRICOS I	Campus Bagé	Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente		Aluno Regular	7	0	6	1
46	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente		Aluno Regular	7	0	4	3
47	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente		Abandono	7	0	2	5
48	GEOMETRIA ANALITICA	Campus Bagé	Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente		Aluno Regular	7	0	3	4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
AUDITORIA INTERNA

49	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente		Transferência	7	0	2	5
50	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia de Produção		Abandono	7	0	2	5
51	GEOMETRIA ANALITICA	Campus Bagé	Engenharia de Produção		Aluno Regular	7	0	5	2
52	DESENHO TECNICO I	Campus Bagé	Engenharia de Produção		Aluno Regular	7	0	0	7
53	GEOMETRIA ANALITICA	Campus Bagé	Engenharia de Produção		Aluno Regular	7	0	1	6
54	EQUACOES DIFERENCIAIS	Campus Bagé	Engenharia de Produção		Aluno Regular	7	0	3	4
55	GEOMETRIA ANALITICA	Campus Bagé	Engenharia Química		Cancelamento	7	0	3	4
56	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia Química		Transferência	7	0	3	4
57	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia Química		Transferência	7	0	1	6
58	CALCULO II	Campus Bagé	Engenharia Química		Aluno Regular	7	0	0	7
59	FISICA II	Campus Bagé	Licenciatura em Física		Transferência Interna Por Reopção de Curso	7	0	3	4
60	FISICA I	Campus Bagé	Licenciatura em Física		Aluno Regular	7	0	6	1
61	CALCULO I	Campus Bagé	Licenciatura em Física		Abandono	7	0	3	4
62	FISICA I	Campus Bagé	Licenciatura em Física		Abandono	7	0	7	0
63	CALCULO II	Campus Bagé	Licenciatura em Matemática		Abandono	7	0	3	4
64	FISICA II	Campus Bagé	Licenciatura em Química		Aluno Regular	7	0	6	1
65	PESQUISA EM ADMINISTRACAO - PROJETO DE TRABALHO DE CURSO	Campus Santana do Livramento	Bacharelado em Administração		Desligamento	7	0	2	5
66	CINESIOLOGIA	Campus Uruguaiana	Bacharelado em Fisioterapia		Aluno Regular	7	0	4	3
67	HISTOLOGIA HUMANA II	Campus Uruguaiana	Bacharelado em Fisioterapia		Aluno Regular	7	0	4	3
68	IMUNOLOGIA	Campus Uruguaiana	Bacharelado em Fisioterapia		Abandono	7	0	1	6
69	ALGEBRA LINEAR	Campus Alegrete	Bacharelado em Ciência da Computação		Abandono	6	0	4	2
70	CALCULO I	Campus Alegrete	Engenharia Civil		Aluno Regular	6	0	6	0
71	RESISTENCIA DOS MATERIAIS I	Campus Alegrete	Engenharia Civil		Aluno Regular	6	0	2	4
72	RESISTENCIA DOS MATERIAIS I	Campus Alegrete	Engenharia Civil		Aluno Regular	6	0	3	3
73	RESISTENCIA DOS MATERIAIS II	Campus Alegrete	Engenharia Civil		Aluno Regular	6	0	4	2
74	ALGEBRA LINEAR	Campus Alegrete	Engenharia Elétrica		Transferido	6	0	4	2
75	CALCULO I	Campus Alegrete	Engenharia Elétrica		Aluno Regular	6	0	5	1
76	PROBABILIDADE E ESTATISTICA	Campus Alegrete	Engenharia Elétrica		Aluno Regular	6	0	2	4
77	CIRCUITOS DIGITAIS	Campus Alegrete	Engenharia Elétrica		Aluno Regular	6	0	2	4
78	GEOMETRIA ANALITICA	Campus Alegrete	Engenharia Elétrica		Desligamento	6	0	3	3
79	CIRCUITOS MAGNETICOS E TRANSFORMADORES	Campus Alegrete	Engenharia Elétrica		Aluno Regular	6	0	1	5
80	ALGEBRA LINEAR	Campus Alegrete	Engenharia Elétrica		Aluno Regular	6	0	3	3
81	CALCULO I	Campus Alegrete	Engenharia Elétrica		Aluno Regular	6	0	4	2
82	ALGEBRA LINEAR	Campus Alegrete	Engenharia Elétrica		Cancelamento	6	0	4	2
83	ALGEBRA LINEAR	Campus Alegrete	Engenharia Elétrica		Abandono	6	0	2	4
84	CIRCUITOS ELETRICOS I	Campus Alegrete	Engenharia Elétrica		Abandono	6	0	3	3
85	CALCULO II	Campus Alegrete	Engenharia Mecânica		Aluno Regular	6	0	5	1
86	GEOMETRIA ANALITICA	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos		Abandono	6	0	2	4
87	CALCULO III	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos		Aluno Regular	6	0	2	4
88	LABORATORIO DE FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos		Cancelamento	6	0	1	5
89	FISICA II	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos		Transferência Interna Por Reopção de Curso	6	0	3	3
90	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos		Cancelamento	6	0	4	2
91	CALCULO III	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos		Aluno Regular	6	0	2	4
92	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos		Abandono	6	0	4	2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
AUDITORIA INTERNA

93	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos	[REDACTED]	Desligamento	6	0	2	4
94	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos	[REDACTED]	Cancelamento	6	0	5	1
95	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos	[REDACTED]	Abandono	6	0	1	5
96	CALCULO III	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos	[REDACTED]	Aluno Regular	6	0	5	1
97	FISICA I	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos	[REDACTED]	Aluno Regular	6	0	1	5
98	QUIMICA GERAL	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos	[REDACTED]	Aluno Regular	6	0	1	5
99	CALCULO III	Campus Bagé	Engenharia de Alimentos	[REDACTED]	Aluno Regular	6	0	5	1
100	CALCULO I	Campus Bagé	Engenharia de Computação	[REDACTED]	Aluno Regular	6	0	3	3

Dos 100 alunos listados 48% são alunos regulares, 26% estão em situação de abandono, 18% na situação cancelamento/desligamento e 8% são situações de transferências internas e transferências por reopção de curso.

Como já mencionado, a retenção foi apontada nas entrevistas realizadas com coordenadores dos cursos e campi selecionados como amostra como um fator que desmotiva o aluno a seguir no curso, sendo que, na estrutura administrativa dos campi, existem os Núcleos de Desenvolvimento Educacional – NuDEs, que dispõem de técnicos em assuntos educacionais, pedagogos e assistentes sociais que podem realizar diagnósticos sobre o problema e acompanhar o desempenho dos alunos e dos docentes. A Auditoria obteve, nas entrevistas com os envolvidos dos campi selecionados como amostra, que esses diagnósticos e acompanhamentos são realizados, porém de forma não efetiva.

A diminuição do índice de retenção, no entendimento da Auditoria, necessita:

- 1º acompanhamento individual do desempenho dos alunos – de forma a possibilitar o conhecimento das reais causas que levam ao fraco desempenho acadêmico a fim de possibilitar ações que ajudem o aluno a melhorá-lo;
- 2º acompanhamento dos docentes que ministram as disciplinas – o acompanhamento é vital para diagnosticar se o processo pedagógico está sendo eficaz em construir o conhecimento ou se é necessário buscar alternativas para que o aprendizado do aluno efetivamente ocorra.

4.2.2. Critérios

Situação atual x situação desejada (menor nível possível de retenções);

Lei nº 12772/12 art. 14, &2º inciso II;

Resolução 080/2014 art. 2º e art. 5º inciso I;

Diferentes níveis de retenção no componente Física I;

Estratégias do PNE - Estratégia 12.3;

Objetivos dos eixos do PDI: Excelência Acadêmica - Aperfeiçoar o Ensino de Graduação; Garantir o atendimento Educacional Especializado (AEE) transversalizado no Ensino, na Pesquisa e na Extensão; Compromisso social - Acompanhar o discente; Proporcionar condições para a permanência dos discentes na Universidade.

4.2.3. Evidências

Relatórios do sistema GURI sobre retenção – BDE alunos com maior retenção;



Relatórios do sistema GURI sobre retenção – BDE disciplinas com maior retenção;

Entrevistas documentadas nas memórias de reunião.

4.2.4. Análise do gestor sobre a constatação

A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) manifestou-se através do memorando 95/2014, de 28 de novembro de 2014, com as seguintes considerações sobre o texto e sobre as recomendações da Auditoria Interna (AUDIN):

1. “As informações sobre retenção em componentes curriculares estão disponíveis também para a PROGRAD, contudo a maneira com que os dados estão correntemente apresentados dificulta o enfrentamento das causas. Exemplificamos: é claro, a partir dos dados levantados, que os componentes curriculares Cálculo I e Física I possuem fortíssimo impacto na retenção de alunos. A falta de informação temporal, contudo, não permite verificar se essa retenção é passageira ou não. Em virtude da diferença de concepções sobre formação e conhecimento existentes entre o ensino médio e o universitário, é natural que esses componentes (por estarem no primeiro semestre da maior parte dos cursos que os têm) estabeleçam o choque inicial. O problema é a não superação da dificuldade inicial, que os dados elencados não nos permitem descobrir. Da mesma forma, a separação por curso permite verificar que os alunos de Licenciatura em Física (por exemplo) possuem um percentual de sucesso inferior aos da Engenharia de Computação, visto que o componente curricular é o mesmo (muitas vezes com os mesmos docentes). Do ponto de vista da PROGRAD, para identificarmos questões pedagógicas associadas, precisamos de dados de turmas específicas e da temporalidade dos discentes individualmente. Esses diferentes relatórios serão trabalhados especificamente por um Grupo de Trabalho (GT) criado especificamente para trabalhar as questões de evasão.
2. Quanto à recomendação da AUDIN sobre o acompanhamento individualizado dos discentes de maneira a compreender as razões para o mau desempenho e à retenção, a PROGRAD faz as seguintes considerações: a. O acompanhamento individualizado é fundamental para entendermos o processo de construção do conhecimento (ou de dificuldades em relação a isso) sobre determinado assunto, mas não é efetivo em descobrir padrões que levem à evasão dos cursos. Técnicas de mineração de dados hoje estão sendo usadas dentro do projeto GT-Evasão com esse fim e com resultados melhores; b. O aluno que cursa um componente curricular pela primeira vez não está retido nem se evadiu. Então, acompanhar individualmente todos os ingressantes é custoso e não gera garantias de informação acurada, visto que esse acompanhamento deverá ser feito por muitas pessoas com os necessários viés de percepção pessoal associado; c. A UNIPAMPA não possui hoje recursos de pessoal para efetuar esse acompanhamento, a PROGRAD está tentando focar em conhecimento do estado-da-arte em descoberta de conhecimento para efetuar diagnósticos;
3. A sugestão de oferta de componentes curriculares com fins de superação de lacunas de conhecimentos dos discentes (o chamado “nívelamento” – termo não adequado no entendimento desta pró-reitoria) já foi realizado em vários Campi e mostrou-se inócuo, pois, em alguns casos, fazer mais do mesmo não muda os resultados obtidos. Essa superação precisa ocorrer dentro do curso, por meio de metodologias que facilitem o entendimento de conteúdos



por vezes dissociados da realidade quotidiana do discente. O investimento em formação docente e na pesquisa de boas práticas em cursos específicos é, no entendimento desta pró-reitoria, mais efetivo.

4. A avaliação dos docentes e dos componentes curriculares dos cursos é imprescindível para a qualificação do ensino de graduação. Essa atribuição na Universidade, contudo, é da Comissão Própria de Avaliação e da Coordenação de Avaliação da PROPLAN.

5. Todos os Editais de propostas de projetos de ensino lançados nos últimos anos têm como foco a qualificação do ensino. Sistematicamente são realizados Fóruns por Área de Conhecimento, espaço em que boas práticas são socializadas, bem como experiências exitosas de outras IES têm sido trazidas para debate.

6. Não entendemos o que são “controles das disciplinas com maior retenção”. Os dados de retenção estão no SIE e podem ser acessados pela gestão dos cursos e dos Campi.

7. Em termos gerais, a PROGRAD considera que as recomendações acima já estão sendo trabalhadas com o GT Evasão, bem como a COORDEP/PROGRAD oferta de cursos e eventos de capacitação para os docentes.”

Sobre a avaliação docente pelo discente a AUDIN expediu a SA 034/2014 DE 03/12/2014 para a PROPLAN solicitando informações sobre a realização de avaliação periódica dos docentes pelos discentes, de forma a obter informações sobre a metodologia de ensino de cada professor, obtendo através do memorando 221/2014 de 19/12/2014 a resposta:

SA 034/2014 DE 03/12/2014 para a pró-reitora da PROPLAN

8. “No que concerne à avaliação do docente pelo discente, temos a informar que o Art. 6º da Resolução nº 80 define como responsabilidade das Comissões de Cursos dos Cursos de Graduação a aplicação de tal processo. Entretanto, entendendo que algumas delas ainda não possuem processos avaliativos ou apresentam dificuldades de implementação, a Pró- Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação- PROPLAN, em parceira com o Núcleo de Tecnologia da Informação, fornecerá o instrumento base (aprovado pela Resolução) para todas as comissões, ficando a critério de cada uma a utilização total ou parcial do sistema. Dessa forma, a gestão, preocupada ao atendimento da Lei 12.772/2012, subsidiará as comissões de curso. Ainda, informamos que no dia 16/12/2014, estiveram reunidos com o presidente eleito da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) professor Edson Massayuki Kakuno, o Vice-Reitor Almir Barros, a Pró-Reitora de Planejamento Vanessa Dutra, o Pró-Reitor Adjunto de Planejamento André Lübeck, o Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação Leonardo Pinho, o Coordenador de Atendimento ao Usuário do NTI Pierre Martin e a Coordenadora de Acompanhamento Funcional e Saúde Rochele Kasper, a fim de tratar da liberação da ferramenta de avaliação. Na ocasião, foi reiterada, por parte da PROPLAN, a responsabilidade da CPPD nesse acompanhamento, uma vez que a Resolução nº 80 deixa claro que todo o processo tramita do campus diretamente a CPPD. Portanto, retirou-se a competência da PROPLAN no processo.”

4.2.5. Conclusão da auditoria

1 a 3 - O trabalho da Auditoria é analisar os processos e confrontá-los com critérios técnicos de conformidade, operacionalidade e desempenho, apontando fragilidades e sugerindo melhorias. O critério, neste caso, foi o confronto da situação encontrada com a situação desejável ou possível, já que a situação ideal seria utópica (não existir retenção). Dentre os quatro eixos estruturantes do PDI 2014-2018, a excelência acadêmica e o compromisso social fornecem os critérios no quais a Auditoria baseou-se para realizar a constatação e as recomendações, com ênfase aos objetivos fixados no eixo do compromisso social, de acompanhar o discente e proporcionar condições para a permanência dele na Universidade. Nos objetivos estratégicos, salientamos a iniciativa de aperfeiçoamento do programa permanente de acompanhamento discente, visando à redução da retenção e da evasão da Universidade, tendo como indicadores o levantamento das boas práticas realizadas nos campi que possam ser replicadas e o número de alunos atendidos com nivelamento. O PDI da UNIPAMPA foi aprovado através da resolução 71, de 27/02/2014, pelo CONSUNI, e ações da área devem estar pautadas em seus objetivos e iniciativas, não descartando outras ações como o citado investimento na formação docente e a pesquisa de boas práticas de cursos específicos. Concordamos que o acompanhamento deve ter foco naqueles alunos que realmente necessitam, utilizando-se ferramentas e relatórios que indiquem a necessidade, bem como deve haver indicadores que monitorem os níveis de reprovação das disciplinas para subsidiar as ações dos responsáveis na reitoria e nos campi; Sobre o GT Evasão, mencionado na manifestação do gestor, nada foi informado à Auditoria durante a realização dos trabalhos, pressupondo sua criação recente, sendo de vital importância seu trabalho e principalmente o resultado das ações na redução dos percentuais de reprovação;

4. Em relação à avaliação do docente pelo discente, consideramos que as informações são de interesse da gestão da área, independente de quem executa a avaliação, embora essa recomendação possa ser realizada diretamente à CPA.

5. Em relação à recomendação de compartilhar metodologias de ensino exitosas nos fóruns por áreas do conhecimento, seminários e cursos de aperfeiçoamento, reconhecemos as iniciativas da PROGRAD, citando a realização, em 19 e 20/11/2014, do Seminário de Coordenadores de Curso de Graduação: Gestão Articulada de Desenvolvimento Pedagógico da UNIPAMPA, que debateu as políticas e ações já implantadas, socialização de boas práticas e discussões de ações para o enfrentamento da retenção e da evasão dos alunos de graduação, suprimindo essa recomendação no relatório final;

6. Retificando a recomendação, salientamos a importância de indicadores para monitorar os níveis de reprovação das disciplinas e subsidiar ações dos responsáveis na reitoria e nos campi;

7. Entendemos como necessárias as recomendações que serão realizadas através do plano de providência, instituído pela portaria CGU nº 2.238, de 19 de dezembro de 2008, em função das constatações abordadas nesse relatório.

8. Pela manifestação do gestor e com base na resolução 080/2014 do CONSUNI, a Auditoria concluiu que o processo avaliativo do professor, além propiciar elementos de análise da metodologia de ensino que utiliza, se constitui em uma exigência legal para fins de progressão, com base na Lei 12.772/12 e na Resolução 080/2014.

4.2.6. Recomendações



2. Instituir indicadores específicos para os componentes curriculares, relacionados aos níveis de aprovação ou reaprovação, subsidiando, com informações, a ação dos NuDEs, dos gestores dos cursos e da coordenação acadêmica dos campi (PROGRAD);
3. Acompanhar o desempenho acadêmico dos alunos, através de ferramentas informatizadas e relatórios, de forma a identificar aqueles com desempenho abaixo da média ou infrequentes, possibilitando ações tempestivas para reduzir a retenção (PROGRAD);
4. Oferta permanente de suporte aos conteúdos básicos necessários à progressão dos alunos nos cursos, com utilização de tecnologias para ensino à distância, de forma a reduzir a retenção (CAMPUS);
5. Instituir avaliação periódica dos docentes pelos discentes, de forma a obter informações sobre a metodologia de ensino e de avaliação de cada professor (Comissões dos cursos de graduação);

4.3. EVASÃO

4.3.1. Considerações

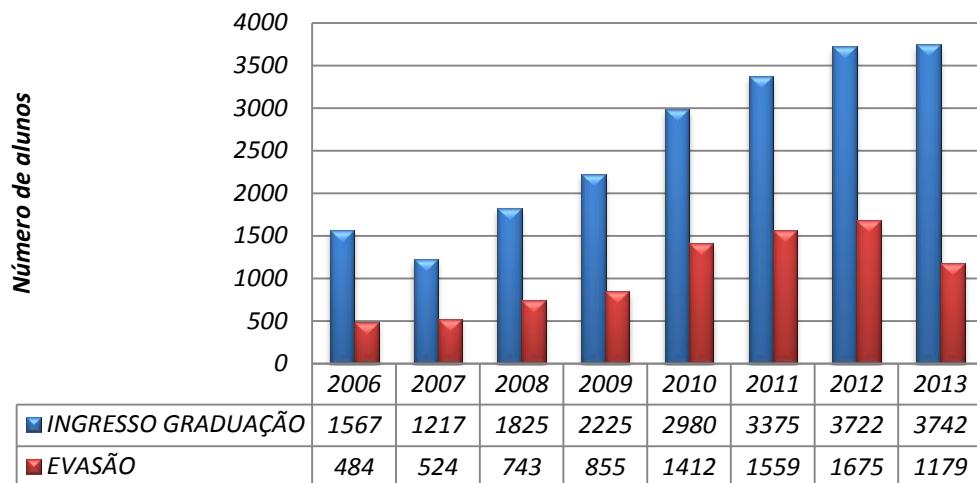
A evasão é um dos principais problemas da Universidade, de conhecimento dos gestores e constatado pela Auditoria. Refere-se ao abandono do aluno do curso, da instituição ou mesmo do sistema de ensino.

O relatório obtido pela Auditoria sobre evasão foi extraído do sistema GURI (código 3125), que por sua vez utiliza o SIE como base de dados e relaciona como evadidos alunos: regulares, com cancelamentos, classificados e não matriculados, falecidos, formados, com reingressos por novo vestibular, sem matrícula, com transferências internas por reopção de curso, com transferências com reativação de vínculo, apenas com transferência, com transferências internas ou simplesmente transferidos. Essas várias situações relacionadas ao aluno, consignadas nos sistemas SIE e GURI sobre evasão, causam certa dúvida, pois consideram, por exemplo, aluno formado como evadido. Para fins de análise, a Auditoria considerou como evasão apenas as situações de abandono, cancelamento e desligamento. Para informar o cancelamento é necessário que o aluno preencha um formulário físico (declaração), na secretaria acadêmica, com a justificativa. O desligamento é realizado pela pró-reitoria de graduação nos casos previstos na resolução 29/2011 do CONSUNI. Já nas situações de abandono, a Auditoria verificou que não há informações, controles ou pesquisas, que possam identificar as razões que o ocasionam. Salientamos que o sistema GURI não fornece os relatórios no formato apresentado pela Auditoria (abandono, cancelamento e desligamento), mas possibilita gerar relatórios em formato EXCEL. A Auditoria utilizou os filtros do excel para gerar os relatórios sobre a evasão apenas por abandono, cancelamento e desligamento, sendo abaixo os gráficos obtidos, relacionados com o número de ingressantes:

Gráfico 2



INGRESSO E EVASÃO POR ABANDONO, CANCELAMENTO E DESLIGAMENTO



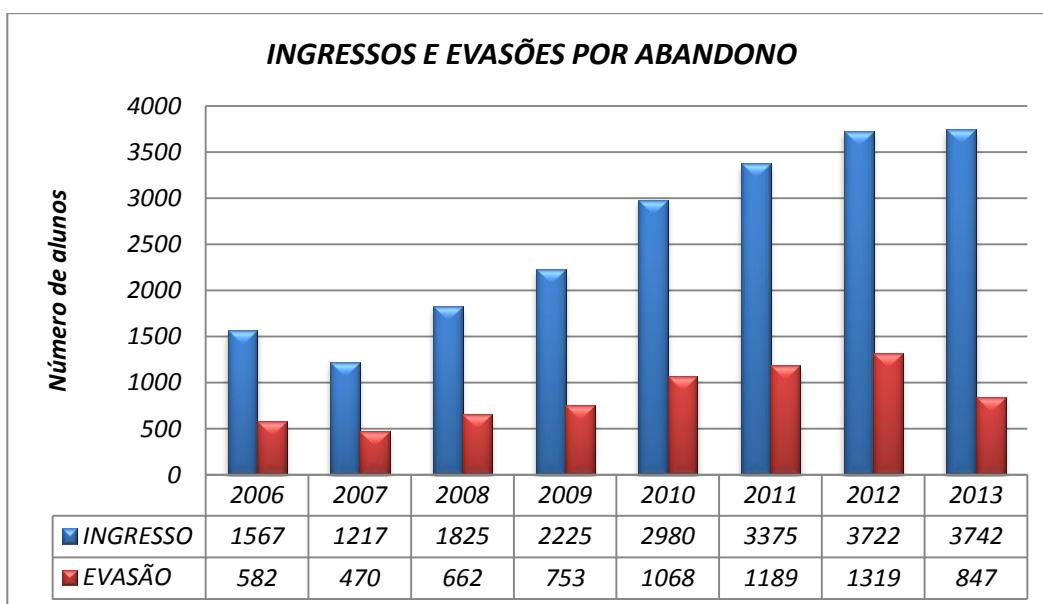
Fonte: relatório formas de evasão por ano – GURI – somente ingressos e evasão na graduação

% EVASÃO POR ABANDONO, CANCELAMENTO E DESLIGAMENTO - ANO

2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
30,89	43,06	40,71	38,43	47,38	46,19	45,00	31,51

Fonte: relatório formas de evasão por ano – GURI – somente ingressos e evasão na graduação

Gráfico 3



Fonte: relatório formas de evasão por ano – GURI – somente ingressos e evasão na graduação



% EVASÃO POR ABANDONO - ANO

2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
37,14	38,62	36,27	33,84	35,84	35,23	35,44	22,63

Fonte: relatório formas de evasão por ano – GURI – somente ingressos e evasão na graduação

O gráfico 2, que considera as três formas de evasão definidas pela Auditoria como sendo as que levam ao entendimento de que os alunos não estão mais na Universidade, mostra que no inicio da UNIPAMPA e no último ano (2013) os percentuais de evasão foram menores; mas de 2007 a 2012 o percentual de perda de alunos ficou em torno dos 43% ao ano. Considerando o gráfico 3, onde são demonstradas apenas as situações de abandono ano a ano, os percentuais giram em torno dos 34%, ou seja, perdemos em média 1/3 dos alunos que ingressam na Universidade, sem o devido controle das situações que geram o problema.

A ociosidade de vagas decorre da evasão demonstrada pelos gráficos e de situações nas quais o curso não preenche a totalidade das vagas iniciais, conforme demonstrado na planilha 5, em relação às vagas ocupadas de 2014.

Cursos que não preencheram as vagas iniciais em 2014:

Planilha 5: Cursos que não preencheram as vagas iniciais em 2014

CURSOS	ENEM	COMPLEMENTARES	PREENCHIDAS	VAGAS TOTAIS
ENGENHARIA DE ALIMENTOS	48	1	49	50
ENGENHARIA DE COMPUTACAO	44	3	47	50
FÍSICA	37	3	40	50
MATEMÁTICA	46	3	49	50
QUÍMICA	39	1	40	50
MÚSICA	23		23	25
ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL	47		47	50
ENGENHARIA EM AGRIMENSURA	43	1	44	50
HISTÓRIA	46	3	49	50
LETRAS ESPANHOL - DIURNO	22	6	28	50
PRODUÇÃO E POLÍTICA CULTURAL	34	1	35	50
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	44	4	48	50
CIENCIAS BIOLOGICAS	24	4	28	30
BIOTECNOLOGIA	33	6	39	50
FISIOTERAPIA	23	6	29	50



Fonte: PROGRAD

A evasão é um problema conhecido pela gestão em seus diferentes níveis e necessita de diagnósticos precisos e de acompanhamento efetivo de suas causas, para que possa gerar ações institucionais articuladas de forma a minimizar seus efeitos.

As entrevistas realizadas pela Auditoria buscaram os mecanismos utilizados para o controle da evasão e as ações corretivas realizadas pelas Unidades Universitárias selecionadas como amostra. Verificou-se que muitas informações importantes estão sob o domínio de diferentes setores, sem que haja uma compilação dessas informações que possibilite uma conclusão sobre as causas e efeitos da evasão.

Nas entrevistas realizadas com os campi selecionados como amostra, alguns pontos comuns foram citados como sendo responsáveis pelo percentual de ociosidade nos cursos, embora não haja estudos ou diagnósticos que comprovem as suposições. Os coordenadores de curso e os coordenadores acadêmicos, quando perguntados sobre as causas que ocasionam a ociosidade, responderam com base na sua experiência e no acompanhamento diário dos cursos, sendo que a Auditoria compilou as respostas, de forma resumida, em quatro itens:

1º- nota de ingresso dos alunos pelo ENEM é baixa;

2º- alunos não tem como 1º opção o curso ou não sabem qual é, de fato, a proposta dele;

3º- alunos são de outras cidades e dependem de bolsas para manterem-se na Universidade;

4º- problemas relacionados à infraestrutura, como laboratórios, moradia estudantil, restaurante universitário, etc. são desmotivadores da permanência nos cursos.

Com base nessas quatro suposições, a Auditoria pediu aos Campi selecionados como amostra que prenchessem uma planilha com as informações que dispunham, sabendo que elas são de domínio da secretaria acadêmica (nota de ingresso e dados disponíveis no SIE), do NuDE (perfil dos alunos, controle das bolsas de assistência estudantil) e das coordenações de curso (dados sobre retenção e motivos da evasão).

A solicitação teve como objetivo testar o nível de informação disponível e o controle dos campi sobre os fatores que levam à evasão, bem como possibilitar à Auditoria a realização de análises com os dados obtidos.

A planilha enviada aos campi e cursos selecionados como amostra continha:

Ordem da planilha	Matrícula	Nome	Sexo	Curso	Forma ingresso	Ano ingresso	Ingresso	Nota ingresso	Cidade origem do aluno	Opção do aluno	Semestre atual	PBP / BI	Ano/ semestre da última bolsa PBP	Disciplinas que mais apresentou retenção	Número vezes cursou a disciplina	Forma evasão	Ano evasão	Período evasão	Evidido	Motivo evasão

Dos dados solicitados na planilha, a Auditoria já enviou preenchidos: ordem da planilha, matrícula, sexo, curso, forma de ingresso, ano de ingresso, forma de evasão e período de evasão, obtidos através de relatórios do GURI. Coube aos campi preencher as informações sobre nota de ingresso, cidade de origem, opção do aluno, semestre atual, se recebia ou recebeu bolsa PBP e BI, informações sobre a retenção e motivo da evasão.

Nenhum dos três campi selecionados como amostra devolveu a planilha completamente preenchida, demonstrando pouco controle sobre as informações das causas que levam à evasão. Mesmo assim, a Auditoria pode efetuar algumas análises sobre os dados dos alunos, sendo:



Engenharia de Alimentos do Campus Bagé:

	Total	% sobre total alunos
Total de alunos do curso (desde criação do curso)	428	100,00%
Total de alunos de Bagé	237	55,37%
Total de alunos de outras cidades do RS	143	33,41%
Total de alunos de outros Estados	48	11,22%
Total de alunos que declararam o curso como 1º opção	109	25,47%
Total de alunos que ingressaram pelo ENEM	252	58,88%
Total de alunos com média entre 400 e 499,99 pontos no ENEM (menor intervalo no curso)	41	16,27%
Total de aluno com média entre 500 e 699,99 pontos no ENEM	209	82,94%
Total de aluno com média superior a 700 pontos no ENEM	2	0,79%
Total de alunos em situação de abandono entre 400 e 499,99 pontos no ENEM	15	36,58%
Total de alunos em situação de abandono entre 500 e 699,99 pontos no ENEM	60	28,71%
Total de alunos em situação de abandono com média superior a 700 pontos no ENEM	01	50,00%
Total de alunos que receberam ou recebem bolsa PBP (dos 428 (total) do curso)	54	12,62%
Total de alunos que recebem bolsa PBP 2014/1 em situação de abandono ou cancelamento	01	1,85%
Total de alunos que receberam bolsa PBP em situação atual de abandono (dos 54 PBP)	10	18,52%

BICT do Campus Itaqui:

	Total	% sobre total alunos
Total de alunos do curso (desde a criação do curso)	613	100
Total de alunos de Itaqui	sem informação	
Total de alunos de outras cidades do RS	sem informação	
Total de alunos de outros Estados	sem informação	
Total de alunos que declararam o curso como 1º opção	sem informação	
Total de alunos que ingressaram pelo ENEM (considerando a informação de pontuação na planilha informada pelo campus)	355	57,91
Total de alunos com média entre 350 e 399,99 pontos no ENEM (menor intervalo no curso)	4	1,13
Total de alunos com média entre 400 e 499,99 pontos no ENEM (menor intervalo no curso)	160	45,07
Total de aluno com média entre 500 e 699,99 pontos no ENEM	191	53,8
Total de aluno com média superior a 700 pontos no ENEM	0	0
Total de alunos em situação de abandono entre 350 e 399,99 pontos no ENEM	0	0
Total de alunos em situação de abandono entre 400 e 499,99 pontos no ENEM	45	28,13
Total de alunos em situação de abandono entre 500 e 699,99 pontos no ENEM	59	30,89



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
AUDITORIA INTERNA

Total de alunos em situação de abandono com média superior a 700 pontos no ENEM	0	0
Total de alunos que abandonaram o curso ingressando por vestibular	89	34,50
Total de alunos que receberam ou recebem bolsa PBP (dos 613 (total) do curso)	34	5,55
Total de alunos que recebem bolsa PBP 2014/1 em situação abandono ou cancelamento	2	5,88
Total de alunos que receberam bolsa PBP em situação atual de abandono (dos 34 PBP)	1	2,94

Além das informações obtidas com os dados preenchidos na planilha enviada pela Auditoria, o campus Itaqui forneceu informações sobre a evasão do curso de BICT nos anos de 2011 a 2013, de alunos contemplados com bolsas permanência.

Relação de alunos do BIC&T (integral e noturno) beneficiados com bolsas PBP evadidos entre 2011 e 2013, evadidos por abandono ou cancelamento de matrícula:

Ano de evasão	Total de acadêmicos evadidos	Evadidos com PBP
2011	39	01
2012	86	06
2013	92	07

Letras Português/Espanhol, do Campus Jaguarão:

	Total	% sobre total alunos
Total de alunos do curso (desde criação do curso)	280	100,00%
Total de alunos de Jaguarão	171	61,07%
Total de alunos de outras cidades do RS	60	21,43%
Total de alunos de outros Estados	49	28,65%
Total de alunos que declararam o curso como 1º opção	Sem informações suficientes	
Total de alunos que ingressaram pelo ENEM	196	70,00%
Total de alunos com média entre 400 e 499,99 pontos no ENEM (menor intervalo no curso)	Sem informações suficientes	



Total de aluno com média entre 500 e 699,99 pontos no ENEM	Sem informações suficientes	
Total de aluno com média superior a 700 pontos no ENEM	Sem informações suficientes	
Total de alunos em situação de abandono entre 400 e 499,99 pontos no ENEM	Sem informações suficientes	
Total de alunos em situação de abandono entre 500 e 699,99 pontos no ENEM	Sem informações suficientes	
Total de alunos em situação de abandono com média superior a 700 pontos no ENEM	Sem informações suficientes	
Total de alunos que receberam ou recebem bolsa PBP (dos 280 (total) do curso)	41	14,64%
Total de alunos que recebem bolsa PBP 2014/1 em situação de abandono ou cancelamento	0	0,00%
Total de alunos que receberam bolsa PBP em situação atual de abandono (dos 7 PBP)	0	0,00%

É preciso considerar que algumas informações das planilhas obtidas com os campi são oriundas de pesquisas realizadas pelos NuDEs com os alunos ingressantes, portanto são dados parciais, que não contém as informações da totalidade dos alunos, não possibilitando utilizar os dados fidedignamente.

Conforme já mencionado, nenhum dos três campi selecionados como amostra possui todas as informações solicitadas pela Auditoria para análise dos motivos da evasão. Obviamente as informações solicitadas pela Auditoria não dão conta de todas as variáveis que causam o problema, mas ajudariam a concluir sobre os motivos que levam os alunos a evadirem da Universidade, considerando os quatro itens mais citados nas entrevistas, resumidos neste trabalho.

A evasão não é um problema isolado da UNIPAMPA, ela atinge toda a rede pública e privada do ensino superior. Utilizando dados do censo da educação superior 2013, realizado pelo INEP, e a fórmula do Instituto Lobo para Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia, a Auditoria calculou o índice geral de evasão 2012/2013, com os dados da graduação em toda a rede, conforme demonstrado na planilha 6:

Planilha 6: Número Total de Cursos, Matrículas, Concluintes e Ingressos na Educação Superior (Graduação)

Ano	Nível Acadêmico
	Graduação



	Cursos	Matrículas	Concluintes	Ingressos
2003	16.505	3.936.933	532.228	1.554.664
2004	18.751	4.223.344	633.363	1.646.414
2005	20.596	4.567.798	730.484	1.805.102
2006	22.450	4.883.852	762.633	1.965.314
2007	23.896	5.250.147	786.611	2.138.241
2008	25.366	5.808.017	870.386	2.336.899
2009	28.671	5.954.021	959.197	2.065.082
2010	29.507	6.379.299	973.839	2.182.229
2011	30.420	6.739.689	1.016.713	2.346.695
2012	31.866	7.037.688	1.050.413	2.747.089
2013	32.049	7.305.977	991.010	2.742.950

Fonte: Mec/Inep; Tabela elaborada por Inep/Deed

EVASÃO DO SISTEMA PELA FÓRMULA DA PERMANÊNCIA DO INSTITUTO LOBO

PERMANÊNCIA	M(n)	lg(n)	M(n-1)	Eg(n-1)
$P = [M(n)-lg(n)] / [M(n-1)- Eg(n-1)]$	7.305.977	2.742.950	7.037.688	1.050.413
	M(n)-lg(n)	4.563.027	M(n-1)-Eg(n-1)	5.987.275

Permanência 0,762120831

Evasão=1-P 0,237879169

Evasão*100 **23,78791687**

P Permanência

M(n) Matrículas num certo ano

lg(n) Novos ingressantes (no ano n)

M(n-1) Matrículas do ano anterior a n

Eg(n-1) Egressos do ano anterior (concluintes)

Evasão 100% - P

Com os dados é possível verificar que a evasão geral do sistema, das IFES e dos cursos, foi de 23,78% na rede pública e privada de ensino superior.



Para fins de comparação, a Auditoria realizou o mesmo cálculo com os dados da UNIPAMPA, obtendo:

Número Total de Cursos, Matrículas, Concluintes e Ingressos na UNIPAMPA (Graduação)

Ano	Nível Acadêmico			
	Graduação			
	Cursos	Matrículas	Concluintes	Ingressos
2012	61	9356	643	3722
2013	61	9743	727	3680

PERMANÊNCIA	M(n)	lg(n)	M(n-1)	Eg(n-1)
$P = [M(n)-lg(n)] / [M(n-1)- Eg(n-1)]$	9.743	3.680	9.356	643
	M(n)-lg(n)	6.063	M(n-1)-Eg(n-1)	8.713

Permanência 0,695856766

Evasão=1-P 0,304143234

Evasão*100 30,41432342

Comparando os dados da evasão geral da rede de ensino superior, considerando instituições públicas e privadas, do censo do INEP, temos que a evasão na UNIPAMPA é 27,85% superior a média nacional (30,41%/23,79%).

As metas do PNE para o ensino superior estipulam para as instituições públicas o aumento da taxa média de conclusão no ensino superior para 90% até 2020, sendo este o principal balizador para o planejamento institucional, não impedindo buscar atingir a média nacional de permanência ou o percentual médio de evasão da rede federal, como um primeiro objetivo da Universidade. Pelas análises realizadas pela Auditoria, verificou-se que o acompanhamento da situação dos alunos (desempenho e frequência) deve ser aprimorado, de modo a possibilitar que as intervenções necessárias possam ser realizadas antes que a evasão aconteça.

A disponibilidade de relatórios às coordenações e aos NuDEs é de extrema importância para o acompanhamento do desempenho dos alunos, bem como a criação de outros aplicativos que monitorem a evolução dos discentes nas disciplinas e nos cursos. Citamos como um bom exemplo de como isso pode ser feito, o desenvolvimento da Ferramenta de Mineração de Dados, apresentada como trabalho de conclusão de curso na disciplina de Engenharia de Computação – EC, do Campus Bagé, sob a orientação de um professor do curso. A Auditoria teve acesso ao trabalho do aluno através do professor orientador, sendo que o aplicativo utiliza a base de dados do próprio SIE para obtenção dos dados sobre o desempenho dos alunos nas disciplinas, relacionando-os à evasão. Essa ferramenta mostra-se de extrema utilidade, pois possibilita identificar alunos potenciais à evasão e dá condições de ação antes que o problema aconteça de fato. Alternativas como o software do aluno da EC são exemplos de soluções pontuais que podem ser testadas e analisadas institucionalmente. Portanto, a Auditoria conclui que o monitoramento da evasão requer um acompanhamento contínuo da



gestão, tanto da reitoria quanto dos campi, com informações confiáveis e relatórios específicos que forneçam indicadores que possibilitem avaliar a situação e a repercussão de cada ação realizada.

4.3.2. Critérios

Evasão na UNIPAMPA X evasão na rede federal de ensino superior

Estratégias do PNE - Estratégia 12.3 - elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior; Estratégia 12.5 - ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil, dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

Objetivos dos eixos do PDI – Excelência Acadêmica - *Aperfeiçoar o Ensino de Graduação; Aperfeiçoar as ações de Educação a Distância; Promover e desenvolver atividades Integrativas de Ensino, Pesquisa e Extensão; Apoiar a integração entre cursos e dos cursos com a comunidade; Garantir o atendimento Educacional Especializado (AEE) transversalizado no Ensino, na Pesquisa e na Extensão; Compromisso social - Acompanhar o discente; Proporcionar condições para a permanência dos discentes na Universidade;*

Censo INEP – 2013;

4.3.3. Evidências

Relatório do SIE 1.1.6.20.01 Relação completa de alunos por curso da EA sobre evasão – aluna formada como evadida;

Relatório da PROGRAD sobre alunos ingressantes 2014/1;

Entrevistas documentadas nas memórias de reunião;

Planilhas da AUDIN enviadas aos campi amostra e devolvidas com as informações disponíveis (EA – Bagé, BICT – Itaqui e LE-Esp – Jaguarão);

Planilhas com os principais resultados de divulgação do Censo da Educação Superior - 2013

4.3.4. Análise do gestor sobre a constatação

A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) manifestou-se através do memorando 95/2014, de 28 de novembro de 2014, com as seguintes considerações sobre o texto e sobre as recomendações da Auditoria Interna (AUDIN):



1. "A UNIPAMPA possui normas acadêmicas de graduação aprovadas pelo Conselho Universitário (Resolução CONSUNI nº 29/2011), que estabelecem as formas de ingresso na UNIPAMPA e como os vínculos são estabelecidos e mantidos. Sugerimos que seja feita uma revisão da norma, para que somente os processos de ingresso existentes sejam mantidos.
2. Do ponto de vista do SIE, TODOS os alunos possuem período de evasão, inclusive os regulares (para os quais o campo em questão está em branco). É uma questão de entender o modelo usado para a construção do sistema e usar a informação corretamente. Do ponto de vista estrito, a formatura é uma forma de evasão, visto constituir uma maneira de perder o vínculo com um curso de graduação. É, contudo, uma boa evasão. Da mesma forma, os alunos falecidos são evadidos, ainda que não por escolha própria e sem necessidade de entrarem em estatísticas de problemas com evasão (quando for considerado pertinente). O modelo do SIE precisa ser entendido por quem vai lidar com a informação dele retirada.
3. Cursos que não preencheram suas vagas devem ser analisados por diferentes perspectivas, que hoje não estão sendo acompanhadas, mas que deverão passar a ser na próxima edição do SiSU: vagas preenchidas nas primeiras fases são canceladas após as demais e acabam gerando ociosidade já na saída. Estamos, na PROGRAD, estudando como minimizar essa situação. Outra situação são os cursos que não preenchem suas vagas mesmo com a oferta das mesmas nas diversas fases do processo seletivo. Esse aspecto ainda necessita de discussão nas instâncias envolvidas, no sentido de que é algo a ser levado em consideração, especialmente quando se constata que vários cursos estão com mais alunos do que vagas e intensa procura em todos os processos seletivos.
4. Os dados levantados sobre o perfil dos ingressantes pela AUDIN são muito importantes na análise das causas da evasão e identificam claramente que algumas percepções dos gestores estão equivocadas (nota baixa de ingresso, falta de apoio financeiro, etc.). Esperamos com o GT-Evasão (já citado neste documento) que as causas da evasão possam ser indicadas com maior precisão para que a Universidade possa atuar nas causas sobre as quais possui algum controle.
5. O relatório da AUDIN também mostra uma questão importante, que é a falta de controle da informação institucional quando ela é armazenada somente nos Campi. É imprescindível que os dados estejam centralizados (ainda que alimentados de maneira distribuída) para que tenhamos precisão e certeza de sua correção.
6. Quanto às recomendações da AUDIN, a PROGRAD informa que: a. Estamos em tratativas com o NTIC para a construção de um módulo no Sistema de Gestão Unificada de Recursos Institucionais (GURI) que inclua todos os dados dos ingressantes e de como ingressaram na Instituição (ações afirmativas, ampla concorrência, fase do processo, etc.) para que esses dados possam ser usados em mecanismos de descoberta de conhecimento e análises diagnósticas; b. A PROGRAD vem realizando algumas reuniões com vistas ao acompanhamento de metas do PNE e organizando algumas ações para cumprimento das mesmas. Esses avanços não estão sendo mais significativos por conta de



falta de pessoal; c. A organização de relatórios informativos sobre os mais variados aspectos acadêmicos também está sendo planejada e, novamente, não está sendo implementada por falta de pessoas para tanto; d. As campanhas de divulgação dos processos seletivos, em especial o Processo Seletivo SiSU, são organizadas pela ACS, também responsável pela página web da UNIPAMPA, que, no momento, está sendo discutida envolvendo os pró-reitores e reitoria.”

4.3.5. Conclusão da auditoria

1. A Auditoria ratifica a posição da PROGRAD quanto à necessidade de atualização da Resolução 029/2011, do CONSUNI, fato apontado nas considerações da constatação 4.5 deste relatório.
2. Em relação ao conceito de evasão, é necessário que se estabeleça qual o tipo de evasão que causa impacto negativo para a Universidade, criando relatórios específicos que possibilitem ações para diminuir os efeitos indesejados.
3. Em relação à oferta de vagas, depreende-se, da manifestação do gestor, que é necessária uma avaliação das causas para propor alterações na oferta de vagas dos cursos, indo ao encontro da recomendação da Auditoria. Em relação aos dados que possam gerar informações e conhecimentos sobre a evasão, de domínio de diferentes setores dos campi, também há concordância da gestão da área que precisam ser de domínio institucional.
- 4 e 5. A Auditoria levantou, com os cursos e campi selecionados como amostra, as informações para realizar as análises, verificando que muitos dados e informações não estão disponíveis;
6. Em relação às demais manifestações sobre a constatação, concordamos que as ações recomendadas podem envolver outros setores da Universidade, como o NTIC e a Assessoria de Comunicação Social – ACS, que poderão ser demandados através de notas de auditoria e planos de providências, sendo desejável que haja ações conjuntas das diversas áreas com a finalidade de melhorar o sistema de ensino e realizar uma ampla divulgação dos cursos e da Instituição. Com relação à realização de objetivos e metas do PDI e PNE, consideramos extremamente necessário o acompanhamento dos indicadores formalizando-os através de relatórios das ações ou atividades realizadas nos campi e reitoria;

4.3.6. Recomendações

6. Institucionalizar a pesquisa do perfil do aluno ingressante, incluindo dados e informações relevantes para o acompanhamento do desempenho acadêmico e a adequação de políticas de assistência estudantil (PRAEC);
7. Formalizar o acompanhamento dos indicadores das estratégias do PNE e do PDI da UNIPAMPA (controle da evasão, levantamento das boas práticas realizadas nos campi que possam ser replicadas e nº de alunos atendidos com



nivelamento) identificando os responsáveis pelo monitoramento e pela realização deles na Pró-Reitoria e nos campi (PROGRAD);

8. Institucionalizar o controle de evasão com utilização de relatórios específicos, alinhados aos indicadores de realização das estratégias, objetivos e iniciativas, disponibilizados aos coordenadores dos cursos, coordenação acadêmica, NuDEs e pró-reitorias acadêmicas (PROGRAD, PROPG, PROPESQ e PROEXT) com periodicidade mínima bimestral (NTIC);

9. Intensificar as campanhas de divulgação dos cursos junto ao público alvo regional e melhorar as informações nas páginas dos cursos, com links no site principal da UNIPAMPA, nos períodos que antecedem as chamadas do SISU ou após a realização do ENEM (ACS);

10. Intensificar os programas de acolhida dos alunos ingressantes, buscando socializá-los através do contato com os professores dos cursos escolhidos já no primeiro semestre, informando-os sobre os grupos de pesquisa e projetos de extensão dos campi, práticas esportivas e/ou solidárias realizadas de forma a motivar a permanência do aluno (PROGRAD e PRAEC);

11. Avaliar, juntamente com a comissão superior de ensino, com base nas informações sobre ingresso e permanência, a oferta de cursos pelos campi, propondo readequações de turno, de vagas ou de modalidade (presencial ou EAD), bem como publicizar a política atual de oferta, manutenção e ampliação de vagas nos cursos de graduação (PROGRAD);

4.4. AVALIAÇÕES DOS ALUNOS SOBRE A GRADUAÇÃO

4.4.1. Considerações

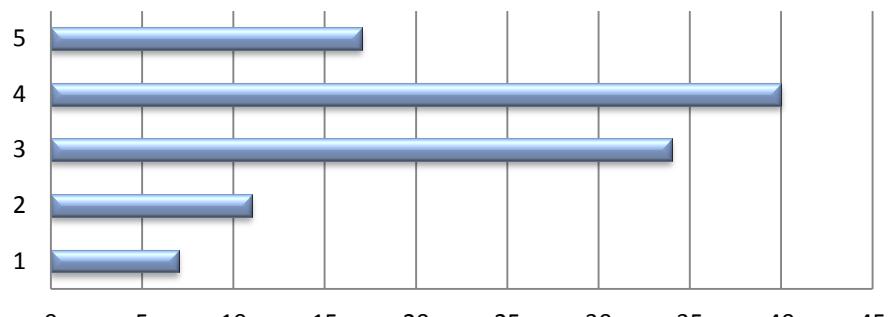
A comissão própria de avaliação da UNIPAMPA – CPA, constituída em atenção ao artigo 11 da lei 10.861/04 – SINAES é responsável pela condução dos processos de avaliação interna da Instituição. Em 2014 a CPA está avaliando a dimensão do ensino de graduação e pós-graduação, conforme os indicadores de autoavaliação institucional, organizados pelas dimensões de ensino de graduação, pesquisa, extensão, ensino de pós-graduação, infraestrutura, gestão e assistência estudantil.

Durante a realização da Auditoria, a CPA conduziu trabalhos de avaliação institucional na dimensão do ensino de graduação, sendo que muitos aspectos têm relação direta com alguns pontos evidenciados neste relatório, os quais a Auditoria considerou importante serem abordados por se tratar da visão do aluno sobre o processo de ensino-aprendizagem. Com base nas constatações iniciais (anexo I) e em dados brutos obtidos informalmente com a CPA, a Auditoria compilou gráficos com as avaliações dos alunos dos cursos selecionados como amostra (EA, BICT e LE diurno),

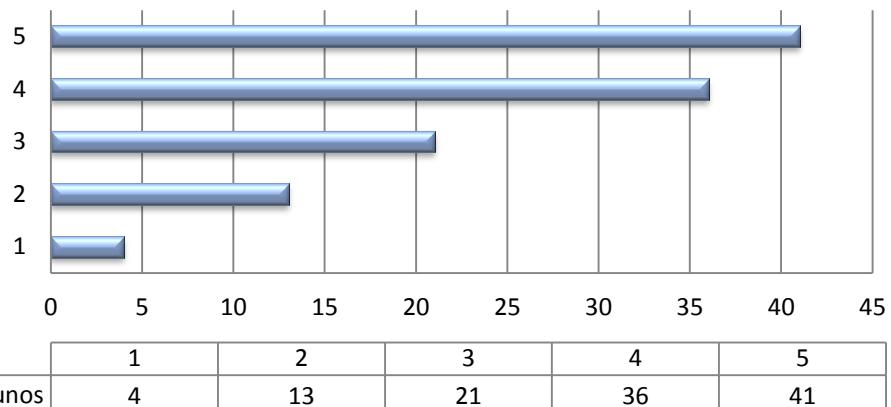


contemplando, neste trabalho, a visão dos nossos usuários sobre os pontos avaliados. Dos dados compilados, foram utilizadas apenas as avaliações que pontuaram na escala de 1 a 5, pelo número de ocorrências, desconsiderando o item de avaliação “não sei responder”, sendo indicado em cada gráfico o número de alunos que atribuíram a pontuação. A escala crescente de 1 a 5 identifica a avaliação de discordo totalmente (1) e concordo totalmente (5) para os gráficos A, B e C ou totalmente insatisfeito (1) a totalmente satisfeito (5) para os gráficos D, E, F, G e H. Salientamos que as análises dos dados brutos da pesquisa realizada pela CPA e apresentadas neste relatório são de exclusiva responsabilidade da Auditoria.

A) A metodologia de ensino utilizada no processo de aprendizagem dos alunos é adequada e eficiente - discordo totalmente (1) e concordo totalmente (5)

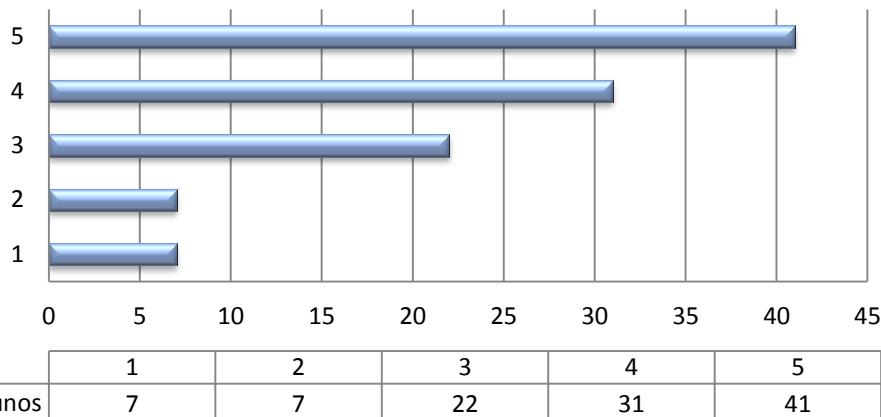


B) Os professores apresentam pontualidade, assiduidade e compromisso com a aprendizagem dos alunos - discordo totalmente (1) e concordo totalmente (5)

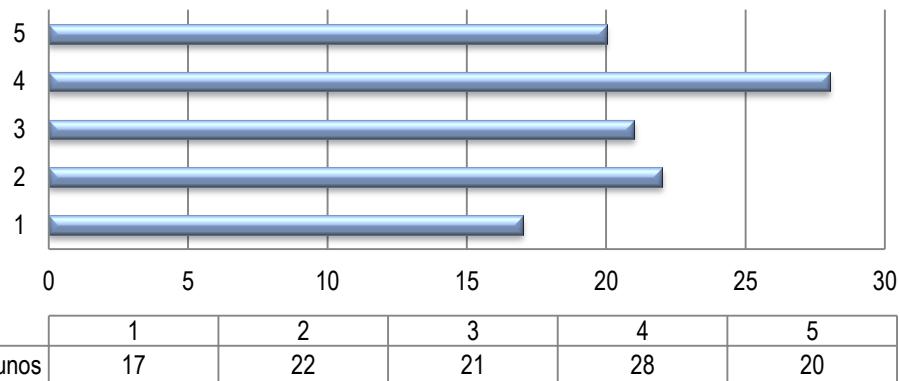




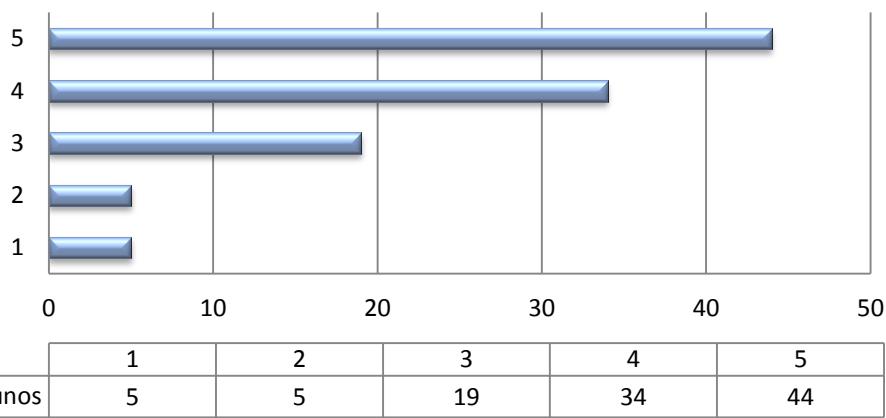
C) Atividades de atendimento extraclasses colaboram para a superação das dificuldades dos alunos no processo de ensino-aprendizagem - discordo totalmente (1) e concordo totalmente (5)



D) Espaço físico para a realização das atividades do curso, considerando critérios de iluminação, acústica, ventilação e disponibilidade de espaço e equipamentos por aluno: Considere os laboratórios, biblioteca, área de estudos - totalmente insatisfeto (

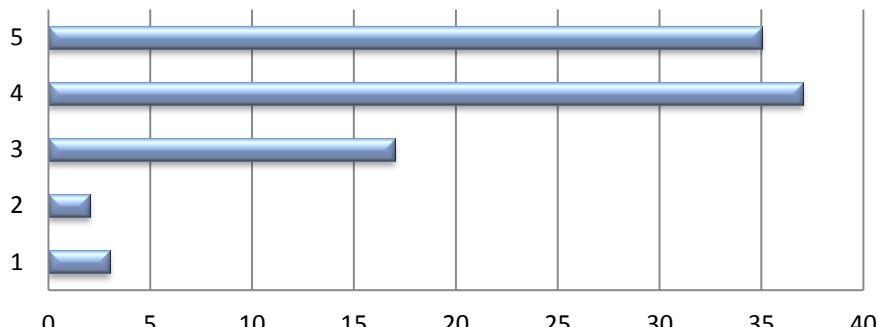


E) Disponibilidade do professor para oferta de atendimento ao aluno v - - totalmente insatisfeto (1) a totalmente satisfeito (5)



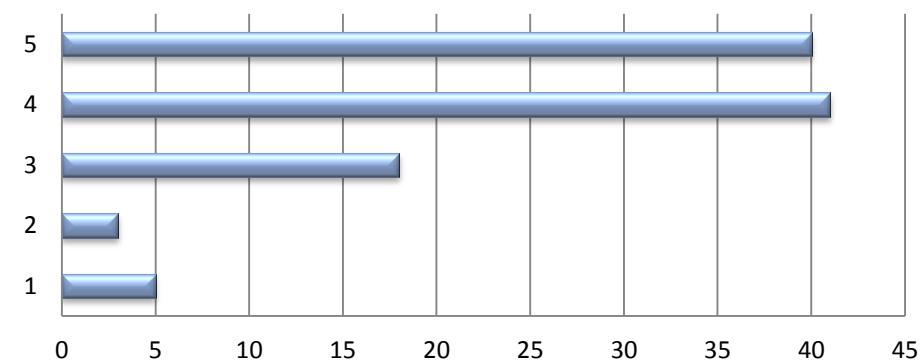


F) Atendimento do NuDE (Núcleo de Desenvolvimento Educacional) às necessidades dos alunos/professores: Considere atendimento pedagógico e social - totalmente insatisfeito (1) a totalmente satisfeito (5)



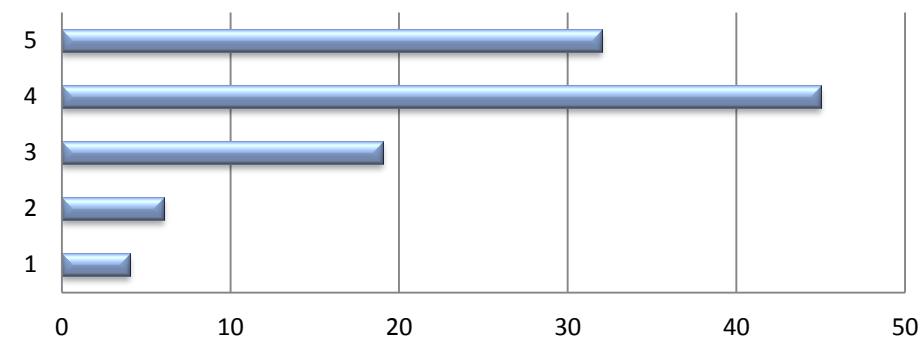
■ 94 alunos	1	2	3	4	5
	3	2	17	37	35

G) Satisfação com o Curso - totalmente insatisfeito (1) a totalmente satisfeito (5)



■ 107 alunos	1	2	3	4	5
	5	3	18	41	40

H) Satisfação com a UNIPAMPA - totalmente insatisfeito (1) a totalmente satisfeito (5)



■ 106 alunos	1	2	3	4	5
	4	6	19	45	32

Pelos gráficos de avaliação é possível verificar:

- ✓ O gráfico A, sobre a metodologia de ensino utilizada no processo de aprendizagem dos alunos, apresenta avaliações em nível 4 e 5 em 52% das respostas;
- ✓ O gráfico B, sobre a avaliação dos professores quanto a pontualidade, assiduidade e compromisso com a aprendizagem dos alunos, apresenta 67% dos respondentes avaliando como nível 4 e 5;
- ✓ O gráfico C, que avalia se as atividades de atendimento extraclasses colaboraram para a superação das dificuldades dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, apresenta uma avaliação de nível 4 e 5 em 67% dos respondentes;
- ✓ O gráfico D, que avalia questões relacionadas ao espaço físico para a realização das atividades do curso e equipamentos por aluno, apresenta avaliações nível 4 e 5 em 44% das respostas, possuindo a maior parcela de respondentes na avaliação de nível 1, 2 e 3; Na avaliação do espaço físico há uma maior uniformidade entre a escala de avaliação 1 a 5, o que evidencia um nível de satisfação menor se comparado aos outros sete gráficos;
- ✓ O gráfico E, que avalia a disponibilidade do professor para oferta de atendimento ao aluno, apresenta uma avaliação de nível 4 e 5 em 73% das respostas;
- ✓ O gráfico F, que avalia o atendimento dos NuDEs, apresenta uma avaliação de nível 4 e 5 em 77% das respostas;
- ✓ O gráfico G, que avalia a satisfação com o curso, apresenta uma avaliação de nível 4 e 5 em 76% das respostas;
- ✓ O gráfico H, que avalia a satisfação com a Universidade, teve uma avaliação de nível 4 e 5 em 72% das respostas;

Essas avaliações corroboram para o entendimento de que atividades extraclasses ajudam a melhorar o desempenho, que os alunos consideram bom o atendimento dos NuDEs (F) e dos professores, bem como denotam uma preocupação com a infraestrutura física, pelo menor nível de boas avaliações, avalizando as justificativas dos coordenadores sobre a ociosidade dos cursos avaliados.

Devemos considerar que o número total de alunos matriculados nos cursos de Engenharia de Alimentos – EA, Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia – BICT e Letras – Português/Espanhol durante a realização da pesquisa era de 387 alunos (2014/1), sendo que, destes, de 94 a 109 avaliaram as questões apresentadas na escala de 1 a 5, percentuais entre 24 e 28% de participação. Outro fato importante diz respeito à situação do aluno participante da pesquisa, uma vez que não é possível precisar se o mesmo é frequente ou é evadido. Essa condição, se informada na pesquisa, poderia ajudar a perceber se a avaliação do item tem ou não relação com a evasão.

Principais reclamações dos alunos, encaminhadas através da ouvidoria:

A Auditoria também avaliou os relatórios semestrais da ouvidoria com a intenção de levantar dados sobre as principais questões dos discentes da graduação, encaminhadas através do órgão, compiladas abaixo, sendo esta compilação de responsabilidade exclusiva da Auditoria:



- Questionamento quanto aos cursos ofertados e processos de ingresso;
- Reclamação no tocante a infraestrutura dos campi;
- Instabilidade e frequentes inacessibilidades dos sistemas institucionais (TI);
- Descontentamento com metodologia de ensino em sala de aula;
- Assistência estudantil: Bolsas (PBP / PBI) previsão de publicação do edital.

2013/2

- Questionamento quanto aos cursos ofertados e processos de ingresso;
- Questionamento sobre processo seletivo complementar e informações gerais;
- Conduta profissional do servidor no ambiente de trabalho;
- Assistência estudantil: Bolsas (PBP) lista preliminar deferimento e indeferimento;
- Instabilidade e frequentes inacessibilidades dos sistemas institucionais (TI).

2013/1

- Questionamento quanto aos cursos ofertados e processos de ingresso;
- Questionamento sobre processo seletivo complementar e informações gerais;
- Conduta profissional do servidor no ambiente de trabalho;
- Reclamação no tocante a infraestrutura dos campi;
- Assistência estudantil: Bolsas (PBP, PBDA), auxílio alimentação e transporte período de publicação do edital e inscrições.

4.4.2. Critérios

Avaliação realizada pelos alunos dos cursos selecionados como amostra x questões encaminhadas através da ouvidoria; PDI - 2014-2018 – Objetivo - Busca pela excelência nas Unidades Acadêmicas, pela qualidade dos cursos de graduação e pela melhoria dos índices de avaliação externa e autoavaliação. Indicador - Porcentagem (%) de crescimento dos indicadores de avaliação dos cursos, por dimensão, por ano: didático-pedagógica, corpo docente, recursos e infraestrutura, desempenho discente;

Projeto de avaliação institucional da UNIPAMPA, baseado nas dimensões de qualidade das IFES, do SINAES - Lei nº 10.861;

4.4.3. Evidências

Avaliação CPA – alunos graduação;



Relatórios da Ouvidoria – 2013/1 e 2 e 2014/1;

Projeto de Autoavaliação institucional;

Resolução 71/2014 – PDI - Excelência Acadêmica - Aperfeiçoar o Ensino de Graduação; Garantir o atendimento Educacional Especializado (AEE) transversalizado no Ensino, na Pesquisa e na Extensão; Compromisso social - Acompanhar o discente; Proporcionar condições para a permanência dos discentes na Universidade; Oferecer condições culturais, esportivas e de lazer;

4.4.4. Análise do gestor sobre a constatação

A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) manifestou-se através do memorando 95/2014, de 28 de novembro de 2014, com as seguintes considerações sobre o texto e sobre as recomendações da Auditoria Interna (AUDIN):

1. *A PROGRAD não tem conhecimento sobre a aplicação de questionamentos pela CPA aos discentes. Consideramos que isso é uma falha de comunicação institucional, visto que as perguntas devem ser informativas e diagnósticas para que ações de melhoria possam ser tomadas.*
2. *A PROGRAD considera que as respostas obtidas pela CPA, constantes nesse relatório de auditoria, apesar de serem importantes, não deveriam ser consideradas para análise da evasão ou da retenção, pois não apresentam os dados dos respondentes de maneira que relações de correlação ou causalidade possam ser estatisticamente estabelecidas.*
3. *De um modo geral, a análise dos resultados obtidos com os questionários mostra que o discente da UNIPAMPA gosta do curso e da Universidade, apontando questões pontuais de desagrado. Dessa forma, se quisermos obter informações mais precisas, as perguntas precisam ser refinadas para que tenhamos um quadro de respostas que nos ajudem a fazer um planejamento melhor.*
4. *Uma consideração relevante sobre esse relatório foi a eliminação da resposta “Não sei responder” nos quadros de resposta apresentados. A quantidade de respostas desse tipo é importante para (i) verificar se o discente efetivamente entendeu a pergunta e é capaz de respondê-la e (ii) se o discente faz ou não uso de determinado espaço ou serviço.*

4.4.5. Conclusão da auditoria

1. *A Auditoria ratifica a manifestação do gestor por entender que o processo de avaliação deve ser planejado institucionalmente envolvendo todas as áreas que serão avaliadas;*
2. *A Auditoria utilizou dados brutos obtidos com a Comissão Própria de Avaliação – CPA, selecionando as avaliações relacionadas com o processo de ensino-aprendizagem ou que avaliaram elementos constantes no relatório como a avaliação das instalações físicas e a importância das atividades extraclasses, de forma a buscar a visão do aluno sobre os processos, bem como buscou, na Ouvidoria, as questões mais recorrentes dos discentes, de forma a evidenciar elementos importantes que devem ser observados pelos gestores das áreas;*



3 e 4. Os gráficos utilizados pela Auditoria foram gerados a partir de dados brutos, sendo que a publicação oficial dos resultados da pesquisa ocorrerá apenas em março de 2015, sendo eliminado o “não sei responder”. Concordamos com a manifestação do gestor, salientando que a recomendação da Auditoria foi no sentido de melhorar o processo de pesquisa, fomentando uma maior participação dos alunos.

4.4.6. Recomendações

12. Aprimorar o processo de pesquisa institucional, com participação dos gestores das áreas avaliadas nas questões e fomentar a participação dos alunos nas pesquisas da Comissão Própria de Avaliação - CPA, com mecanismos que possibilitem o maior número de participantes, como o bloqueio dos sistemas internos (CPA).

4.5. CONTROLES DOS REGISTROS ACADÉMICOS

4.5.1. Considerações

A. Processos de trabalho:

A Auditoria verificou, nas reuniões com os servidores das secretarias acadêmicas, a falta de processos e fluxos de trabalho padronizados, não existindo manuais de procedimentos e treinamento para os novos servidores. Conforme obtido nas entrevistas, a Pró-Reitoria de Graduação expede orientações e instruções de trabalho em memorandos e correspondências às secretarias acadêmicas, mas não existe um manual que compile todas essas informações e seja uma referência na organização dos processos. Além disso, há diferenças na forma como as secretarias executam determinados procedimentos, que são comuns em todos os campi.

Abaixo citamos alguns exemplos de processos que foram criados pelos técnicos das secretarias acadêmicas de Bagé, Itaqui e Jaguarão, com formulários e procedimentos próprios, e que, conforme obtido, diferem de outras secretarias:

- ✓ Pedidos de aproveitamento de disciplinas e de atividades complementares de graduação;
- ✓ Recebimento de atestados médicos (Jaguarão - situação referente à aceitação ou não com CID);
- ✓ Emissão de atestados de carga-horária para docentes;
- ✓ Emissão de atestados de frequência.

A Auditoria também não identificou a formalização dos fluxos dos principais processos realizados pelas secretarias acadêmicas; embora o sistema SIE contenha a sequência dos trabalhos, há uma cadeia de responsabilidades partilhadas entre coordenação de curso e secretaria acadêmica que não está formalizada.

Os principais processos de trabalho, identificados na Auditoria, são:

- ✓ Oferta de disciplinas;
- ✓ Aproveitamento de disciplinas e atividades complementares;



- ✓ Matrículas;
- ✓ Cancelamentos de matrículas;
- ✓ Lançamento de notas;
- ✓ Emissão de atestados, certificados, históricos, etc.

B. Normas institucionais:

Constatado pela Auditoria que a principal norma institucional da graduação, a resolução 29/2011 CONSUNI, está desatualizada. A resolução está em processo de atualização, havendo uma minuta em análise pela comunidade acadêmica para submissão ao Conselho Universitário – CONSUNI. Outra norma institucional importante é a que define os encargos docentes, cuja proposta foi encaminhada pela PROGRAD, em novembro de 2013, para o CONSUNI, e foi aprovada na reunião de 28 de agosto de 2014 (resolução 79/2014), não estabelecendo limites mínimos e máximos de horas para as atividades de pesquisa e extensão.

C. Dimensionamento de pessoal:

A Auditoria identificou problemas relacionados ao efetivo de pessoal nas secretarias acadêmicas para atendimento das demandas dos cursos, sendo que em 2013 houve um estudo realizado pela PROGESP para definir critérios de alocação de pessoal nas unidades conforme a demanda de cursos, número de alunos, número de servidores, etc. A distribuição foi aprovada no CONSUNI em agosto de 2013 (44º reunião). O número de servidores nas secretarias acadêmicas dos campi analisados como amostra, atuais e projetados, estão no quadro abaixo:

	Bagé	Itaqui	Jaguarão
Atual 2014/1	06	05	08
Projetado	12	09	08

D. Capacitação técnica:

Constatadas fragilidades na capacitação dos técnicos vinculados às secretarias acadêmicas, uma vez que, nas entrevistas realizadas, ficaram evidentes as necessidades de ações de capacitação institucional voltadas aos servidores que realizam processos acadêmicos. Apenas uma atividade de oficina, nos seminários dos técnicos de 2013, foi relatada pelos servidores da secretaria acadêmica que foram ouvidos. Em outubro de 2014, foi noticiada, através do site da UNIPAMPA, a realização do encontro de coordenadores acadêmicos, chefes de secretarias acadêmicas e PROGRAD, em Bagé, com o objetivo de discutir o processo de construção do calendário acadêmico 2015, o sistema de bibliotecas, a evasão e as ações de formação docente.

E. Tecnologia:



SISTEMA DE INFORMAÇÕES PARA O ENSINO – SIE. O controle dos dados e informações sobre os alunos, componentes curriculares e docentes é realizado pela operação do sistema de informações para o ensino, implantado na UNIPAMPA pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, em 2006. O sistema é operado pelos técnicos das secretarias acadêmicas e docentes dos cursos. Além do acadêmico, estão implantados os módulos de biblioteca e de recursos humanos. Conforme informações obtidas pela Auditoria com o NTIC, o SIE/UNIPAMPA opera com uma versão de produção denominada 2.5 e com a versão de banco de dados denominada 8 (DB2). A UFSM dispõe de versões atualizadas do SIE, com diversas melhorias em comparação ao SIE/UNIPAMPA, sendo que o Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação da UNIPAMPA – NTIC obteve a liberação do código fonte do SIE para realizar as modificações necessárias. A obtenção do código fonte não significa de fato a efetiva atualização do sistema, já que as versões utilizadas atualmente pela UFSM e UNIPAMPA não são compatíveis. Conforme apurado, o NTIC estuda as alternativas para realizar as melhorias necessárias no sistema, tendo como possibilidade a contratação de empresa que comercializa o aplicativo no mercado, caso essa opção se mostre mais vantajosa à administração pública. Também foi informado pelo NTIC que recentemente foi implantada uma Coordenadoria de Apoio ao Usuário, composta por três servidores Analistas de Tecnologia da Informação que trabalharam especificamente no suporte ao funcionamento do sistema na instituição, para atender demandas do SIE.

Sobre o sistema, a Auditoria verificou, nas entrevistas realizadas com servidores das secretarias acadêmicas, problemas relacionados ao SIE, sendo os principais elencados abaixo:

- ✓ Confiabilidade das informações – informações no SIE muitas vezes não são confiáveis, há várias inconsistências no sistema, por exemplo, data de solicitação de matrícula de 1899 (BAEP – Bagé); problemas na migração de dados da planilha SISU para o SIE (cidade de origem);
- ✓ Retrabalho – as secretarias acadêmicas são obrigadas a manter controles paralelos, com informações que o SIE não fornece, como sobre as ações afirmativas de ingresso. Embora as informações do SISU migrem para o SIE, as informações sobre em qual ação afirmativa ocorreu o ingresso não são assumidas pelo sistema; não há campo para incluir a nota do aluno no ENEM, assim como não possui campo de justificativa do cancelamento de matrícula no curso, a justificativa de cancelamento só pode ser lançada no formulário físico; perda total de dados – reportada a perda de dados de um dia de trabalho em oferta de disciplinas, obrigando os servidores a realizarem novamente todo o trabalho no sistema;
- ✓ Problemas no processamento de matrículas no SIE - solicitação de vagas de um curso inteiro não foi processada no sistema e ocasionou a matrícula de outros alunos. Foi realizado um ajuste presencial para poder corrigir o problema manualmente (Bagé);
- ✓ Manuais de procedimentos - não existem manuais de procedimentos relativos aos principais processos realizados no SIE; existem orientações recebidas da Pró-Reitoria de Graduação, incluindo telas do sistema, mas não estão compiladas em manuais;

- ✓ Capacitação para utilização do sistema - não são realizados treinamentos institucionais com os novos servidores das secretarias acadêmicas para operação do sistema, a única exceção foi a realização de uma oficina durante o seminário dos técnicos em 2013, com os servidores da época. Os novos técnicos aprendem com os servidores que já estão em atividade, que também aprenderam com os anteriores;
- ✓ Customização do sistema - reportada à Auditoria a situação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciência e Tecnologia – BICT, de Itaqui, no qual o controle é realizado por planilhas EXCEL, em função de o sistema não processar informações da forma que o curso necessita, por características exclusivas do bacharelado; cursos de extensão e disciplinas extracurriculares como as de nivelamento não são controladas no SIE e nem pelo SIEPEE;
- ✓ Informação e comunicação - relatados problemas de comunicação entre Pró-Reitoria e campus. As informações não circulam como deveriam, prejudicando o trabalho das secretarias acadêmicas;

Com relação à confiabilidade do SIE, o NTIC esclareceu, por e-mail, à Auditoria, que o problema está na inserção de dados incorretos ou incompletos no sistema, não sendo observada a padronização e a orientação dada pelos setores competentes da reitoria e que necessitamos evoluir em requisitos de "auditabilidade" e "permissões" aos usuários, de acordo com suas funções e cargos dentro da estrutura institucional, meta perseguida pelo NTIC da UNIPAMPA.

Sobre a atualização do sistema, o acórdão TCU nº 5.770/2014, da 2^a Câmara, trouxe julgamentos daquela corte sobre o SIE, fixando entendimento e recomendação à UFSM "que estude, em conjunto com as IFES e com o MEC, a viabilidade de franquear o sistema às demais instituições públicas, sem a necessidade de qualquer remuneração pela exploração dos direitos de propriedade e pela exploração comercial da manutenção do sistema, adotando, se for o caso e se houver interesse e disponibilidade operacional, a Licença Pública de Marca (LPM), recentemente regulamentada na Instrução IN SLTI/MPOG nº 01, de 17 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Software Público Brasileiro – SPB, fundamentado na ideia de bem público que deve ser compartilhado por todos os entes públicos, com demandas similares, em busca da racionalização dos recursos humanos, materiais e de TI" ((item 9.4, Acórdão nº 5.770/2014-2^a Câmara). Diante desta jurisprudência, a Auditoria entende que qualquer ação institucional de atualização do sistema SIE deverá ser precedida de análise e atenção ao referido acórdão do TCU.

GESTÃO UNIFICADA DE RECURSOS INSTITUCIONAIS – GURI. O sistema GURI, como é conhecido internamente, utiliza a base de dados do sistema SIE para leitura, podendo gerar relatórios. O GURI reúne características que possibilitam carregar outras funcionalidades, como controle de processos, controle de frotas e avaliação funcional.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO – SIPPEE. Esse sistema possibilita o registro de informações sobre os projetos de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, possuindo dados a partir de 2011, ano em que o sistema foi criado. O sistema não fornece dados dos períodos anteriores a 2011.

F. Estruturas administrativas:

A estrutura de funcionamento da Universidade está prevista no Regimento Geral e na Portaria 367, de 18/04/2013, sendo da área de ensino, partilhada entre a Pró-Reitoria de Graduação e os Campi, a responsabilidade direta pela gestão. A normatização do ensino de graduação está a cargo da comissão superior de ensino e das comissões de ensino dos campi, em seus respectivos âmbitos de atuação. As Comissões Superiores incumbem-se da articulação e da unidade de sentido da atividade finalística da Universidade e as comissões locais se incumbem das atividades análogas no âmbito dos campi.

A Pró-Reitoria de Graduação está estruturada em:

- ✓ Gabinete; Secretaria; Coordenadoria de Desenvolvimento do Ensino de Graduação – COORDEG, subdividida em Divisão de Ensino de Graduação e Divisão de Programas e Projetos de Ensino; Coordenadoria de Desenvolvimento Pedagógico – COORDEP, subdividida em Divisão de Apoio Pedagógico e Divisão de Apoio à Formação Docente; Coordenadoria de Registros Acadêmicos; Coordenadoria de Processos Seletivos.

Nas unidades universitárias a organização administrativa conta com:

- ✓ Coordenação acadêmica; Coordenação dos cursos; Secretaria acadêmica; Biblioteca; Laboratórios; Núcleo de desenvolvimento educacional – NUDE.

Considerações da Auditoria sobre a atual estrutura administrativa do ensino de graduação:

- a) A Auditoria solicitou, por e-mail, aos responsáveis da Coordenadoria de Registros Acadêmicos e à Coordenadoria de Processos Seletivos as atribuições e os fluxos de trabalho para melhor compreensão de suas atividades, sendo:
- Coordenadoria de Registros Acadêmicos – Obteve-se resposta por e-mail às questões encaminhadas pela auditoria, sendo: 1. Qual são as atribuições da coordenadoria de registros acadêmicos? “Especificiar os processos e trâmites necessários para todos os processos acadêmicos da graduação; Realizar treinamento e capacitação dos servidores da secretaria acadêmica; Produzir manuais e orientações de procedimentos para registro no sistema acadêmico; Responder chamados de secretaria, para assuntos que somente podem ser efetivados pela PROGRAD; Resolver questões dos Campus, no âmbito da PROGRAD sobre o controle e registro acadêmico; Ser a interface da PROGRAD e do NTIC para a especificação e validação de novos sistemas, módulos ou procedimentos nos sistema GURI; Fazer a carga dos alunos ingressantes via SiSU no sistema acadêmico; Controlar os parâmetros de oferta, matrícula e lançamento de notas no SIE; Executar o sistema de matrícula; Cadastrar currículos de cursos de graduação; Tramitar a oferta semestral de todos os Campus; Fazer migração de alunos entre currículos; Verificar e produzir estatísticas de matrícula e outros processos acadêmicos; Registros as formaturas no sistema acadêmico; Fazer o levantamento e os desligamentos dos discentes a cada semestre. 2. Qual é a estrutura atual de funcionamento, quantos servidores fazem parte e como estão organizados? “Uma coordenadora, docente, com alocação parcial na PROGRAD e uma TAE (analista de TI). A TAE executa a maioria das funções operacionais, a coordenadora faz a parte mais conceitual bem como atende outras demandas da PROGRAD.



3. Quais os principais desafios e problemas na condição dos trabalhos? “Não existe pessoal em quantidade e com capacitação suficiente para dar conta de todas as demandas; O SIE é um sistema complexo e nem a coordenadora nem a TAE tiveram qualquer tipo de capacitação formal para atuação no sistema. Essa capacitação foi obtida ao longo do tempo; Não existe suporte para a produção de manuais e orientações, tudo tem que ser feito nos “intervalos” do trabalho.”; O contato com as secretarias basicamente só ocorre quando há problemas; Não existe a possibilidade de acompanhamento de todos o trabalho que está sendo feito em 68 cursos cadastrados no SIE, com diversos currículos. É um trabalho de auditoria que precisa ser realizado, mas é bastante lento quando não se tem dedicação exclusiva para isso.”

4. Avaliação geral e perspectivas para melhorar o desempenho da coordenadoria, principalmente com relação aos processos de trabalhos partilhados com os campi –“1. Aumento do número de servidores para que as tarefas possam de fato ser executadas com qualidade. Em qualquer Universidade o setor de registros trabalha com muitas pessoas tratando de aspectos específicos do controle e do registro acadêmico; 2. Capacitação dos servidores que trabalham nos registros acadêmicos sobre processos acadêmicos, elaboração e confecção de manuais, redação técnica, sistema acadêmico (estrutura, organização e funcionamento), legislação educacional entre outros aspectos relevantes do trabalho; 3. Elaboração do regimento dos Campus e da reitoria, visto que as atribuições dos diferentes órgãos não estão definidas institucionalmente, o que causa alguns atritos em relação a responsabilidades.”

- Coordenadoria de Processos Seletivos – obteve-se, em resposta, a solicitação da auditoria, por e-mail de respostas as questões: qual são as atribuições da coordenadoria de processos seletivos, qual é a estrutura atual de funcionamento, quantos servidores fazem parte e como estão organizados, quais os principais desafios e problemas na condição dos trabalhos e uma avaliação geral e perspectivas para melhorar o desempenho da coordenadoria, principalmente, com relação ao atendimento de metas do PNE e metas do PDI da UNIPAMPA, que a coordenadoria foi criada em 2013, funcionando até agosto apenas com o coordenador e a partir daquele mês com o auxílio de um servidor lotado na PROGRAD. A necessária estruturação do setor, para atender a todas as demandas da UNIPAMPA, foi salientada pelo coordenador. Atualmente a Coordenadoria de Processos Seletivos atua nos processos do SISU, nos processos seletivos de Uruguaios Fronteiriços e Educação no Campo e no acompanhamento da aplicação de exames do INEP (Rede UNIPAMPA-INEP).

b) Coordenadoria de Desenvolvimento do Ensino de Graduação – COORDEG. Tem o propósito de constituir-se em um espaço de assessoramento e reflexão sobre o ensino universitário no que diz respeito ao currículo e suas significações e representações, ao processo pedagógico e à formação de professores, a partir do ordenamento legal e institucional. Na página da COORDEG <http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/coordeg/comissao-de-apoio-tecnico-pedagogico-cat/> está descrita a Comissão de Apoio Técnico-Pedagógico (CAT), composta por 19 servidores técnicos em assuntos educacionais e professores, que assessoram a elaboração e reelaboração dos Projetos Político Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UNIPAMPA.

c) Coordenadoria de Desenvolvimento Pedagógico – COORDEP. Visa assessorar a Pró-Reitoria de Graduação nas questões da Pedagogia Universitária e nos aspectos didático-pedagógicos e teórico-metodológicos do processo ensino-aprendizagem da Universidade. A COORDEP desenvolve ações de formação continuada dos professores, de estudos permanentes e de desenvolvimento de ações cujo foco principal são as relações professor-aluno, o processo didático-



pedagógico de ensino-aprendizagem, as práticas educativas e o processo de avaliação, com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitária. Tem como atribuições: prestar atendimento aos discentes, auxiliando-os na sua permanência e êxito nos estudos, bem como acompanhar a sua evolução mesmo após a formação universitária; apoiar e assessorar os docentes da instituição na realização de suas atividades. Divide-se em Divisão de Apoio Pedagógico e Divisão de Apoio à Formação Docente, conforme publicado na página: <http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/cap/>.

Na página da COORDEP, no site da UNIPAMPA, temos a indicação de que ela desenvolve duas ações institucionais, a Formação Continuada Docente - Programa de Desenvolvimento Profissional Docente e o Apoio Pedagógico - Programa de Acolhida e Acompanhamento dos Estudantes.

No programa de apoio ao docente são realizados diversos fóruns entre áreas do conhecimento, seminários com docentes e com coordenadores de curso e programas de aperfeiçoamento da docência. Essas atividades na COORDEP, no entendimento da Auditoria, são essenciais ao conhecimento da realidade institucional e ao aperfeiçoamento das metodologias de ensino. Outros importantes instrumentos de responsabilidade da COORDEP, identificados pela Auditoria, também estão publicados no site e tratam da acolhida dos estudantes, com base em três eixos estruturantes: acolhimento, permanência e acompanhamento dos estudantes da UNIPAMPA, e a Inclusão e Acessibilidade. Com relação a esses três eixos é importante salientar a efetiva implantação do programa das bolsas permanência – PBP, que, em 2013, por exemplo, beneficiou 2.622 alunos em situação de vulnerabilidade econômica, representando investimentos de R\$5.669.051,00 na permanência destes estudantes na Universidade. Pelas entrevistas realizadas, evidenciou-se a necessidade de intensificar a acolhida dos estudantes e o acompanhamento individualizado, buscando definir os desvios a tempo de evitar que o aluno regular de hoje seja o aluno evadido do semestre seguinte. Portanto, com base nas constatações, a Auditoria conclui que a UNIPAMPA possui as estruturas organizacionais necessárias à gestão eficiente da área, tendo a COORDEG e a COORDEP um importante papel institucional, porém, necessita de maior articulação com os campi para melhorar o desempenho geral do ensino de graduação. Faz-se necessário ainda, uma análise das demais estruturas administrativas existentes, com a publicização de seus processos de trabalho e atribuições, de forma a podermos analisar possíveis sobreposições e melhor dimensionar as necessidades de cada estrutura.

G. Controle do Diário de Classe:

A Auditoria identificou dois pontos vitais ao controle acadêmico:

1º controle da frequência dos alunos – a frequência dos alunos é controlada através do registro de sua presença nas aulas práticas e/ou teóricas, sendo que o professor conta com a possibilidade de registro imediato, através do portal do professor, do sistema GURI. Nos campi selecionados como amostra, conforme informado pelos coordenadores acadêmicos, não são todos os professores que executam o registro, no sistema, durante as aulas, muitos ainda o fazem somente no final do semestre. A Auditoria solicitou ao NTIC uma apresentação do módulo professor, do sistema GURI, na qual constatou que o sistema é de fácil operação, sendo alimentado com dados sobre os alunos pelo SIE e pelo próprio docente no registro do plano de ensino e no registro do diário de classe. Sobre o controle da frequência dos alunos, a Auditoria solicitou um relatório com a estatística de utilização do módulo de registro de classe pelos docentes ao NTIC, considerando que o início do primeiro semestre, pelo calendário acadêmico, ocorreu em 05/05/2014 e término em 06/09/2014, sendo observado:



Estatística de docentes com disciplinas ativas e plano de ensino preenchido. Posição 30/09/2014 – semestre 2014/1

Total de disciplinas	3015	100%
Situação do plano - Finalizado	1728	57%
Situação do plano - Aberto	907	30%
Situação do plano - Não preenchido (planos de ensino que não tiveram nenhuma informação no sistema)	380	13%

Estatística de docentes com últimas alterações nos diários de classe. Posição 30/09/2014 – semestre 2014/1

Total de disciplinas	2368	100%
Situação do plano - Finalizado	1649	70%
Situação do plano - Aberto	719	30%

Planilha 7: Registro de alterações no Plano de Ensino

	ÚLTIMA ALTERAÇÃO PLANO ENSINO	% docentes que não tinham nenhum registro de alteração plano de ensino	ÚLTIMA ALTERAÇÃO NO DIÁRIO DE CLASSE	% docentes que não tinham nenhum registro de alteração diário de classe
Março	1	99,96	1	99,96
Abril	10	99,58	1	99,96
Maio	1011	57,31	10	99,58
Junho	1151	51,39	16	99,32
Julho	1204	49,16	50	97,89
Agosto	1384	41,55	320	86,49
Setembro	2368	0	2368	0
Total registros	2368		2368	

Obs.: semestre letivo 2014/1 de maio a setembro

Na planilha 7 podemos observar que a maior parcela dos docentes efetua o registro do diário de classe somente com a proximidade do final do semestre, ou seja, até agosto, um mês antes do encerramento. 86,49% dos docentes não tinham nenhum registro de alteração no diário de classe e estavam com 30% do total geral de registros em situação “aberto”.

A análise estatística dos docentes que registram o plano de ensino e atualizam o diário de classe é de vital importância, uma vez que possibilita o controle da frequência do aluno e do próprio docente. O registro diário da presença do aluno, no sistema, permite a geração de relatórios e o acompanhamento da situação individual, possibilitando intervenções nas situações de infrequência pelos coordenadores de curso e pelo NuDE, ou ações da Pró-Reitoria junto aos campi antes do encerramento do semestre.

2º controle dos encargos docentes – as horas docentes registradas no SIE não são utilizadas, pelos Campi selecionados como amostra, para controle efetivo do trabalho docente, haja vista que a carga atribuída no sistema é maior



do que a carga horária efetivamente realizada. Essa distorção acontece porque o sistema utiliza a carga horária do componente registrado no PPC. O desmembramento de componentes curriculares ofertados a turmas de mais de um curso atribui a carga multiplicada pela oferta. Desta forma uma disciplina com 60 horas, ofertada a turmas de três cursos, no mesmo horário, pode ser computada ao triplo para o docente.

Conforme observado pela Auditoria, os campi mantêm controles paralelos para obter as horas efetivas dos docentes em sala de aula, e, desta forma, possibilitar a equalização e a distribuição de acordo com a disponibilidade real de horas para o ensino. A Auditoria também constatou que não há um sistema que forneça diretamente o total de horas dedicadas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Foi apurado, pela Auditoria, nas entrevistas realizadas, que o controle das horas de ensino dos docentes é realizado através de planilhas de excel, uma vez que existem inconsistências nas informações obtidas no SIE, por decorrência de lançamentos ou de configuração do sistema e seus relatórios. A pedido da Auditoria foi realizada correção manual das horas de encargo docente no SIE (Sec. Acad. Bagé) gerando relatórios corretos e relatórios incorretos.

A resolução 079/2014 fixou os limites de horas dedicadas ao ensino, com base na portaria que regulamentou a carreira do magistério superior (475/87), sendo que o limite máximo de carga horária de aulas não poderá ser superior a 60% (sessenta por cento), que equivale a 12 (doze) horas, no regime de 20 (vinte) horas, e 50% (cinquenta por cento), que equivale a 20 (vinte) horas, no regime de 40 (quarenta) horas e de dedicação exclusiva, com algumas excepcionalidades de docentes em cargos de gestão. As demais 20 horas devem ser distribuídas nas atividades de atendimento ao aluno, pesquisa e extensão.

A Auditoria analisou a carga horária de três docentes, selecionados aleatoriamente, dos cursos e campi amostra (Bagé, Itaqui e Jaguarão). O levantamento foi realizado pelo relatório do SIE 1.1.2.20.12 - Carga Horária de Docente por Departamento, apurando a carga horária semanal pela multiplicação do número de créditos da disciplina pelo tempo de duração da aula (55 min - resolução 029/2011 CONSUNI):

Campus Bagé – docentes do curso de EA

DOCENTE
MATRÍCULA: [REDACTED]

ENSINO

COMPONENTE	ENC. DID.	CRÉDITOS	DURAÇÃO PERÍODOS	TOTAL MIN	TOTAL HORAS	HORAS SALA AULA
BA 000327	60	4	55	220	3,67	
BA 000832	45	3	55	165	2,75	
BA 000817	60	4	55	220	3,67	10,08
BA 000333 (Estágio)	160	11	55	587	9,78	
BA 4070 (TCC)	1	0	55	4	0,06	
TOTAL ENSINO					19,92	
PROJETOS	HORAS MÊS	HORAS SEMANA				
ENSINO						
PESQUISA	7	1,75				
EXTENSÃO						



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
AUDITORIA INTERNA

TOTAL		1,75
TOTAL GERAL		21,67

DOCENTE
MATRÍCULA: [REDACTED]

ENSINO

COMPONENTE	ENC. DID.	CRÉDITOS	DURAÇÃO PERÍODOS	TOTAL MIN	TOTAL HORAS	HORAS SALA AULA
BA4070	1	0,07	55	4	0,06	
		0	55	0	0,00	
		0	55	0	0,00	
TOTAL ENSINO					0,06	0,06
PROJETOS	HORAS MÊS	HORAS SEMANA				
ENSINO						
PESQUISA	1	0,25				
EXTENSÃO						
TOTAL		0,25				
TOTAL GERAL		0,31				

DOCENTE
MATRÍCULA: [REDACTED]

ENSINO

COMPONENTE	ENC. DID.	CRÉDITOS	DURAÇÃO PERÍODOS	TOTAL MIN	TOTAL HORAS	HORAS SALA AULA
BA000263	45	3	55	165	2,75	
BA000360	60	4	55	220	3,67	
BA015722	60	4	55	220	3,67	
TOTAL ENSINO					10,08	10,08
PROJETOS	HORAS MÊS	HORAS SEMANA				
ENSINO	5	1,25				
PESQUISA	7	1,75				
EXTENSÃO	52	13				
TOTAL		16				
TOTAL GERAL		26,08				



Campus Itaqui – docentes do curso de BICT

ITAQUI

DOCENTE
MATRÍCULA: [REDACTED]

ENSINO

COMPONENTE	ENC. DID.	CRÉDITOS	DURAÇÃO PERÍODOS	TOTAL MIN	TOTAL HORAS	HORAS SALA AULA
IT7502 TURMA 10	60	4	55	220	3,67	
IT7502 TURMA 10A	60	4	55	220	3,67	
IT7502 TURMA 15	60	4	55	220	3,67	
IT7502 TURMA 15A	60	4	55	220	3,67	
IT7513 CALCULO III	60	4	55	220	3,67	
IT7513 CALCULO III	60	4	55	220	3,67	
IT7515 CALCULO NUMERICO	60	4	55	220	3,67	
IT7515 CALCULO NUMERICO	60	4	55	220	3,67	
TOTAL ENSINO					29,33	29,33
PROJETOS		HORAS MÊS	HORAS SEMANA			
ENSINO						
PESQUISA	8	2				
EXTENSÃO	20	5				
TOTAL		7				
TOTAL GERAL		36,33				

DOCENTE
MATRÍCULA: [REDACTED]

ENSINO

COMPONENTE	ENC. DID.	CRÉDITOS	DURAÇÃO PERÍODOS	TOTAL MIN	TOTAL HORAS	HORAS SALA AULA
IT8305	1	0,07	55	3,67	0,06	
IT8305	16	1,07	55	58,67	0,98	
IT8316	1	0,07	55	3,67	0,06	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
AUDITORIA INTERNA

IT8316	28	1,87	55	102,67	1,71	
IT8316	1	0,07	55	3,67	0,06	
IT8316	16	1,07	56	59,73	0,67	
TOTAL ENSINO					3,54	3,54
PROJETOS	HORAS MÊS	HORAS SEMANA				
ENSINO						
PESQUISA	107	26,75				
EXTENSÃO	85					
TOTAL		26,75				
TOTAL GERAL		30,29				

DOCENTE
MATRÍCULA: [REDACTED]

ENSINO

COMPONENTE	ENC. DID.	CRÉDITOS	DURAÇÃO PERÍODOS	TOTAL MIN	TOTAL HORAS	HORAS SALA AULA
IT5015	30	2	55	110	1,83	
IT7527	1	0,07	55	3,67	0,06	
IT7527	45	3	55	165	2,75	
IT8300	1	0,07	55	3,67	0,06	
IT8300	30	2	55	110	1,25	
IT9015	30	2	55	110	1,25	
TOTAL ENSINO					7,21	7,21
PROJETOS	HORAS MÊS	HORAS SEMANA				
ENSINO		0				
PESQUISA		0				
EXTENSÃO	4	1				
TOTAL		1				
TOTAL GERAL		8,21				



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
AUDITORIA INTERNA

Campus Jaguarão docentes do curso de Letras- Espanhol

JAGUARÃO

DOCENTE
MATRÍCULA: [REDACTED]

ENSINO

COMPONENTE	ENC. DID.	CRÉDITOS	DURAÇÃO PERÍODOS	TOTAL MIN	TOTAL HORAS	HORAS SALA AULA
JL0017	60	4	55	220	3,67	
JL0019	30	2	55	110	1,83	
JL0019	30	2	55	110	1,83	
JL0028	60	4	55	220	3,67	
JL0033 - (Estágio)	60	4	55	220	3,67	
JL0036	60	4	55	220	3,67	
JL0043 - (Estágio)	135	9	55	495	8,25	
JML022 – (TCC)	60	4	55	220	3,67	
TOTAL ENSINO					30,25	14,67
PROJETOS		HORAS MÊS	HORAS SEMANA			
ENSINO						
PESQUISA	8	2				
EXTENSÃO						
TOTAL		2				
TOTAL GERAL		32,25				

DOCENTE
MATRÍCULA: [REDACTED]

ENSINO

COMPONENTE	ENC. DID.	CRÉDITOS	DURAÇÃO PERÍODOS	TOTAL MIN	TOTAL HORAS	HORAS SALA AULA
BA5016	15	1	55	55	0,92	
JA0BR09	15	1	55	55	0,92	
JAOPT16	45	3	55	165	2,75	
JL0033 (Estágio)	60	4	55	220	3,67	
JL0033 (Estágio)	60	4	55	220	3,67	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
AUDITORIA INTERNA

JL0039	60	4	55	220	3,67	
JL0043 (Estágio)	135	9	55	495	8,25	
JL0043 (Estágio)	135	9	55	495	8,25	
TOTAL ENSINO					32,08	8,25
PROJETOS	HORAS MÊS	HORAS SEMANA				
ENSINO						
PESQUISA	24	6				
EXTENSÃO						
TOTAL		6				
TOTAL GERAL		38,08				

DOCENTE
MATRÍCULA: [REDACTED]

ENSINO

COMPONENTE	ENC. DID.	CRÉDITOS	DURAÇÃO PERÍODOS	TOTAL MIN	TOTAL HORAS	HORAS SALA AULA
JL0004	60	4	55	220	3,67	
JL0004	60	4	55	220	3,67	
JL0028	60	4	55	220	3,67	
JL0033 (Estágio)	60	4	55	220	2,50	
JL0043 (Estágio)	135	9	55	495	5,63	
TOTAL ENSINO					19,13	11,00
PROJETOS	HORAS MÊS	HORAS SEMANA				
ENSINO	0	0				
PESQUISA	0	0				
EXTENSÃO		0				
TOTAL		0				
TOTAL GERAL		19,13				



Com base no levantamento, resumimos as horas de encargo semanal registradas nos sistemas SIE e SIPPEE:

	Bagé		Itaqui		Jaguarão	
	Sala aula	Horas totais (E/ P/ EX)	Sala aula	Horas totais (E/P/EX)	Sala aula	Horas totais (E/P/EX)
Docente 1	10,08	21,67	29,33	36,33	14,67	32,25
Docente 2	0,06*	0,31	3,54*	30,29	08,25	38,08
Docente 3	10,08	26,08	7,21*	8,21	11,00	19,13

* Docentes com carga horária de sala de aula menor que às 8 horas previstas na LDB e resolução 079 (artigo 9º)

Notamos, nesses três casos, diferenças entre as horas de encargos totais dos docentes, salientando que nas entrevistas realizadas, bem como na obtenção das horas em projetos de ensino, pesquisa e extensão ficou claro que as informações que constam nos sistemas não são fidedignas, uma vez que no SIE as horas são computadas pelo total do componente curricular no PPC, e no SIPPEE as horas não seguem um padrão de lançamento, havendo, por exemplo, docentes com 724 horas, 424 horas e 360 horas mês em projetos de extensão.

Nas entrevistas documentadas nas memórias de reunião com os Campi selecionados como amostra foi constatado que não há controle sobre a efetividade docente, sendo esse controle essencial para que as chefias imediatas nos campi possam atestar a frequência dos servidores. É necessário considerar ainda, que o controle efetivo dos encargos docentes é importante nos processos de progressão e promoção, previstos no decreto 94.664/1987, regulamentado pela portaria MEC 475/1987 e norma interna 075/2014. A promoção e a progressão funcional docente é realizada com base na avaliação da pontuação e dos documentos comprobatórios das atividades acadêmico-científicas num período de 8 anos e a correta avaliação, com base nos registros de atividades realizadas, é tanto do interesse da Instituição quanto do próprio professor. Portanto, o conhecimento e o registro dos encargos dos docentes são essenciais para o correto dimensionamento das vagas, para a equalização dos trabalhos, para o planejamento de atividades e projetos na Universidade e para a correta avaliação para fins de promoção e progressão funcional.

4.5.2. Critérios

LDB - Lei nº 9.394/96;

Lei nº 12772/12

Resolução 080/2014

Portaria 367/2013 – Estrutura Administrativa;

Resolução 29/2011 – Normas de Graduação;

Resolução 75/2014 – Progressão;

Resolução 079/2014 – Encargos Docentes;

Resolução 080/2014 – Progressão Docente

Matriz de Distribuição de Técnicos – aprovada na reunião 44 do CONSUNI;

Acórdão TCU 5770/2014 – SIE.

Resolução 04/2009 – CNE/CES – carga horária mínima dos cursos

Parecer 261/2008 – CNE/CES – conceito de hora aula

4.5.3. Evidências

Relatório SIE 1.1.4.20.50 - Solicitação de Matrícula por Aluno com ano matrícula de 1899;
E-mails sobre perda de dados, falta de padronização dos processos e falta de manuais;
Extratos das páginas da COORDEP E COORDEG;
Relatórios do GURI - Docentes com disciplinas Ativas e Plano de Ensino Preenchido e Docentes Últimas Alterações Diários de Classe com estatísticas de uso módulo professor;
Relatório do SIE 1.1.2.20.12 - Carga Horária de Docente por Departamento;
Relatório SIE 1.1.2.20.11 - Oferta de disciplina por docente, e 1.1.2.20.06 - Oferta Docente por Departamento – mostrando dois resultados diferentes de encargo docente;
Carga Horária Bagé – planilha encargo docente;
Entrevistas – memórias de reunião;
PPC Engenharia de Alimentos – 4020h integral (60 minutos/aula).

4.5.4. Analise do gestor sobre a constatação

A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) manifestou-se através do memorando 95/2014, de 28 de novembro de 2014, com as seguintes considerações sobre o texto e sobre as recomendações da Auditoria Interna (AUDIN):

- “1. A Coordenação dos Registros Acadêmicos (COOREG/PROGRAD) está realizando esforços significativos no mapeamento e documentação dos processos acadêmicos que envolvem secretarias. Os processos estão sendo documentados e estão sendo construídos manuais para os procedimentos associados, com vistas a uma capacitação permanente dos servidores. Contudo, a COOREG é composta por um docente na coordenação (que está realizando esse trabalho) e uma TAE que executa grande parte do trabalho operacional e que responde a todas as dúvidas de secretarias. Essa estrutura não é suficiente para dar conta da demanda de trabalho, até porque a definição de processos e procedimentos é um trabalho técnico que demanda (i) o conhecimento da legislação educacional e normas internas institucionais, (ii) o conhecimento dos processos internos da graduação e (iii) questões técnicas sobre definição de processos e (iv) a estrutura e funcionamento do SIE. Quando as secretarias não conseguem fazer algum procedimento, mesmo com ajuda, a COOREG está fazendo, mesmo com pouco pessoal disponível.
2. A atualização dos sistemas institucionais não é de responsabilidade da PROGRAD, mas sim do NTIC. Hoje não estamos fazendo modificações no SIE que impliquem em novos aplicativos. A COOREG/PROGRAD somente altera o que é possível para viabilizar as normas institucionais. Aplicativos necessários estão sendo construídos no sistema GURI para adequarmos as necessidades da graduação.
3. O regimento da Reitoria não foi construído ainda, o que dificulta a definição das atribuições do setor de Registros. De toda a forma, processos acadêmicos diretamente vinculados aos processos de graduação passam por diferentes instâncias e dificultam o acordo na atribuição de responsabilidades. Espera-se que com a instituição do Núcleo de Registro e Controle Acadêmico esse problema seja minimizado.



4. A PROGRAD está planejando uma capacitação com as secretarias em janeiro. Existia a previsão de uma capacitação em agosto de 2014, mas a greve dos TAE impossibilitou a realização da mesma. Novamente, temos somente duas servidoras trabalhando nessa Coordenação e não temos como viabilizar viagens em períodos letivos.
5. O sistema de Plano de Ensino e Diários de Classe está operante e pode ser acessado pelos Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores de Curso dos Campi. Temos relatórios disponíveis para verificação de quem ainda não iniciou os registros, de quem já iniciou e de quem já finalizou os Planos de Ensino bem como quem está com os Diários de Classe atualizados. A PROGRAD tem fomentado o uso dessa informação nos Campus, visto que é do entendimento desta pró-reitoria que os Campi precisam ser também protagonistas na gestão do ensino de graduação.
6. Quando ao controle do registro de frequência docente, ele é possível de ser feito via Diário de Classe. No entanto, entendemos que essa decisão deve ser discutida entre toda a Reitoria e os Campi, visto trazer implicações de várias ordens.
7. O limite mínimo de horas em sala de aula é estabelecido pela LDB e deve ser cumprida por todos os docentes, com exceção da alta administração que é dispensada por legislação específica. A PROGRAD entende que esse controle deve ser feito nos Campi e que problemas no cumprimento devam ser comunicados."

Sobre as inconsistências na constatação referente aos encargos docentes dos Campi Bagé e Itaqui, a Auditoria emitiu as SAs 35 e 36/2014 para manifestação, sendo obtido:

SA 35/2014 AUDIN de 11/12/2014 para a coordenação acadêmica do Campus Itaqui:

8. O coordenador do campus manifestou-se através do memorando 96/2014 sobre a verificação da Auditoria de horas abaixo do limite de 8h previsto na lei 9394/96 (LDB) artigo 57, conforme abaixo:

"1. a carga horária do professor (matrícula [REDACTED]) foi de 14,66 e não de 29,33 horas/semanais. Isto deve-se ao fato que as componentes curriculares IT7502 TURMAS 10 e 15, IT 7513 CÁLCULO III e IT7515 CÁLCULO NUMÉRICO foram ministradas nos cursos de Engenharia em Agrimensura e Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia de forma concomitante. Assim o encargo didático ministrado do componente curricular é lançado no SIE apenas para o curso no qual este componente é obrigatório (neste caso, é obrigatório ao curso de Engenharia em Agrimensura e não para o BCTI), Em conclusão, as componentes curriculares ofertadas pelo docente apenas compreendem a metade do que consta na planilha de encargos docentes. 2. O docente sob a matrícula [REDACTED] afastou-se desta instituição no mês de junho (aproximadamente na metade do primeiro semestre letivo de 2014) devido a motivos de saúde. Desta forma, a carga horária foi de apenas 3,54 horas/semanais. Já durante o início do semestre, o docente ministrava 10 créditos semanais (aproximadamente 9,2 horas/semanais). Assim, se o docente permanecesse na instituição, a carga horária semanal seria de 9,2 horas/semanais. A redução da carga horária do docente deve-se ao fato que após a sua saída, as componentes curriculares foram ministradas por outros professores a partir da licença saúde e a carga horária foi contabilizada apenas para este novo professor. Assim, a reduzida carga horária do docente deve-se exclusivamente à saída da professora por motivos de saúde, já que a sua carga horária foi ministrada por outros docentes até o término do semestre. 3. O docente (matrícula [REDACTED]) ministrou componentes curriculares no primeiro semestre letivo de 2014 que possuem um total de 9



créditos, ou seja 8,37 horas/semanais. Assim, há inconsistências na planilha de encargos docentes que possuía erros na fórmula do cálculo para as componentes curriculares IT8300 e IT9015. Desta forma, se houver a correção da planilha, o docente ministrava 8,37 horas semanais em 2014/1.”

SA 36/2014 AUDIN de 11/12/2014 para a coordenação acadêmica do Campus Bagé:

9. O coordenador do campus manifestou-se através do memorando 137/2014 sobre a verificação da Auditoria de horas abaixo do limite de 8h previsto na lei 9394/96 (LDB) artigo 57, conforme abaixo:
“Ao analisar a carga horária da docente em 2014.1, a mesma tem alocada horas em trabalho de conclusão de curso relacionadas à Especialização em Processos Agroindustriais. Essa disciplina não tem encontros presenciais e somente se refere a orientações. Como a docente tinha dois alunos em orientação na especialização, a mesma conseguiu finalizar as atividades de orientação antes de entrar em licença, que foi em abril. Contudo, os alunos defenderam sua monografia em junho, momento este que a docente esteve presente no campus para compor a banca. Nesse sentido, fez-se necessário alocar o referido componente curricular a carga horária da docente até o momento da defesa.”

4.5.5. Conclusão da auditoria

1. A Auditoria concorda com a manifestação do gestor na questão da necessária estruturação de pessoal da coordenadoria de registros acadêmicos, de forma a viabilizar a produção de manuais, mapeamento de processos e orientação aos servidores que trabalham nas secretarias acadêmicas;

2. Concordamos com a manifestação do gestor, sendo que será realizada nota de auditoria e plano de providência para o NTIC, no que compete à atualização do sistema SIE;

3. Concordamos com a necessidade de criar regimentos internos para os setores de reitoria e para os campi de forma a atribuir as responsabilidades de cada estrutura administrativa;

4. Salientamos a necessária capacitação dos servidores das secretarias acadêmicas, conforme recomendação;

5 e 6. Concordamos com a manifestação no que diz respeito à responsabilidade dos campi na gestão do ensino de graduação, bem como salientamos a necessidade do controle do registro de frequência do aluno e do docente através dos diários de classe;

7, 8 e 9. A Auditoria entende que o controle deve ser partilhado entre a Pró-Reitoria e os campi. A Pró-Reitoria como responsável pelas orientações no lançamento das horas e encargos no sistema de ensino e pelo monitoramento das inconsistências através dos relatórios desse sistema, e os campi pela atribuição dos componentes curriculares de forma equalizada, obedecendo ao mínimo de horas em sala de aula, previsto na legislação e nas normas internas. Em relação aos docentes com carga horária menor que oito horas no sistema, avaliamos que as considerações dos coordenadores justificam as inconsistências, salientando o fato de haver horas de encargo docente a professores com afastamentos. Sobre a manifestação de erro no cálculo da planilha, de fato havia uma inconsistência na fórmula, mas que, com a correção, fechou com as horas informadas pela coordenação. Quanto ao docente com carga de sala de aula de 29,33h,



pela manifestação da coordenação acadêmica, depreendemos a duplicação das horas de encargo no sistema, fato apontado neste relatório.

O quadro dos encargos selecionados como amostra pela Auditoria, corrigindo após a manifestação do gestor, está abaixo:

	Bagé		Itaqui		Jaguarão	
	Sala aula	Horas totais (E/ P/ EX)	Sala aula	Horas totais (E/P/EX)	Sala aula	Horas totais (E/P/EX)
Docente 1	10,08	21,67	29,33	36,33	14,67	32,25
Docente 2	0,06*	0,31	3,54*	30,29	08,25	38,08
Docente 3	10,08	26,08	8,37	9,37	11,00	19,13

4.5.6. Recomendações

13. Atualizar a resolução 029/2011, CONSUNI, instituindo as situações de desligamento (jubilamento) e realizar levantamento sobre a hora aula adotada na UNIPAMPA, verificando se os atuais 55 minutos da resolução garantem a duração mínima dos cursos de graduação, computados pela hora de 60 minutos, conforme previsto no art. 2º da resolução CNE 04/2009 (PROGRAD);
14. Estruturar a Coordenadoria de Registros Acadêmicos e a Coordenadoria de Processos Seletivos com pessoal suficiente para o atendimento das demandas (Gabinete da reitora);
15. Elaborar os regimentos dos campi e da reitoria identificando as atribuições e responsabilidades de cada área da estrutura administrativa e acadêmica (Gabinete da Reitora e Campus);
16. Implantar manual dos processos acadêmicos com os fluxos de processos e responsáveis nos campi e reitoria (PROGRAD);
17. Atualizar o SIE para contemplar as necessidades dos cursos e as necessidades de informações sobre o aluno, simplificando a operação e a emissão de relatórios, e observando o acórdão nº 5770/2014 do TCU (NTIC);
18. Publicizar os processos de trabalho e atribuições da Coordenadoria de Registros Acadêmicos e da Coordenadoria Processos Seletivos (PROGRAD);
19. Realizar pelo menos um evento de capacitação anual específico com os servidores das secretarias acadêmicas, sobre processos acadêmicos e SIE (PROGRAD);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
AUDITORIA INTERNA

20. Intensificar o controle de frequência discente pelo registro dos diários de classe no módulo professor, do sistema GURI (PROGRAD – normatização e CAMPUS - controle);
21. Instituir o controle de frequência docente pelo registro dos diários de classe do sistema GURI (módulo professor) ou outro que sirva ao propósito de comprovar a efetividade docente e o desempenho de atividades (PROGRAD – normatização e CAMPUS - controle);
22. Realizar levantamento das horas dedicadas ao ensino em sala de aula em todos os campi, orientando a observar rigorosamente o limite mínimo previsto na resolução 079/2014 e lei 9.394/96, LDB (PROGRAD);
23. Observar o limite mínimo das horas dedicadas ao ensino em sala aula previsto na resolução 079/2014 e lei 9.394/96, LDB, na distribuição da carga horária (CAMPUS) – não atribuir cargas horárias a professores em afastamento (CAMPUS);
24. Normatizar os limites mínimos e máximos em outras atividades dos docentes - projetos de ensino, pesquisa, extensão e gestão (Gabinete da reitora);

5. PONTOS POSITIVOS

- ✓ Edital 140/2014 da PROGRAD - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO – PDP, que possibilitou à comunidade acadêmica apresentar projetos com foco na qualificação do apoio pedagógico e na formação docente;
- ✓ Estrutura organizacional existente na PROGRAD – COORDEG e COORDEP, que viabiliza as necessárias ações de controle, planejamento, articulação e execução para resolução dos principais problemas apontados pela Auditoria;
- ✓ Relatórios disponibilizados pelo Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação – NTIC, com dados no GURI sobre a evasão e a retenção na Universidade.
- ✓ Trabalhos acadêmicos realizados por servidores, publicados na página da Divisão de Apoio Pedagógico – Na pagina da UNIPAMPA, endereço: http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/cap/files/2010/07/Relat%C3%B3rio_final_evas%C3%A3o-UNIPAMPA_out2011.pdf, está publicado o relatório final de 2011 do projeto de pesquisa sobre evasão na UNIPAMPA, um modelo de ficha de controle de evasão de 2010, dados do SIE de 2010 e o projeto para consulta de 2010. A Auditoria, em função da publicação na página, analisou o relatório do projeto de pesquisa:

O relatório do projeto de pesquisa de 2011, de autoria de um técnico em assuntos educacionais e um psicólogo da Instituição, tinha por objetivo responder a questão “Quais os fatores que motivam os estudantes a desistirem de frequentar os cursos de graduação da UNIPAMPA?” através da reflexão de sujeitos envolvidos com a vida acadêmica, sobre os fatores que levam à evasão, quais sejam, estudantes, professores, diretores de campus, coordenadores acadêmicos e de curso, assistentes sociais e técnicos em assuntos educacionais. O relatório apresentou dados de 2010 em todas as formas de evasão do SIE (abandono, cancelamento, trancamento, transferência interna, classificado e não matriculado, falecimento, desligamento e reopção de curso) e reportou diferenças entre números de evasão obtidos com as secretarias acadêmicas e números no SIE. Apresentou estudos realizados por campus e por cursos com o quantitativo de alunos que evadiram conforme sua classificação no sistema (abandono, cancelamento, etc...), bem como trouxe pesquisas realizadas pelos campi sobre evasão (Alegrete, Itaqui e Santana do Livramento). O relatório apontou para a necessidade de se institucionalizar a pesquisa, relacionando os setores que poderiam dar prosseguimento como: Comissão Própria de Avaliação - CPA/PROPLAN, Coordenadoria de Desenvolvimento do Ensino de Graduação - COORDEG/PROGRAD, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAE e Coordenadoria de Apoio Pedagógico; e sugeriu, dentre outras, o envolvimento “num esforço conjunto, dos coordenadores acadêmicos, dos coordenadores dos cursos de graduação e dos integrantes dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE) dos campi”.

O trabalho realizado pelos profissionais, no projeto de pesquisa, demonstra a importância do controle dos aspectos que levam os estudantes a abandonarem seus estudos, reforçando o entendimento da Auditoria, de que existiram e existem ações isoladas de grupos, docentes e coordenações no sentido de acompanhar e diagnosticar as causas da evasão, mas é necessário intensificar as ações articuladas entre reitoria e campus no mesmo sentido. Considerando que o projeto de pesquisa é de 2011, e que a evasão ainda é um problema relevante para a Universidade, temos a importância da



continuidade da pesquisa sugerida pelos autores, que vem ao encontro das conclusões da Auditoria, de tornar sistemático e institucional o controle dos fatores que ocasionam a evasão.

- ✓ Disciplinas de nivelamento ofertadas pelos campi e disciplinas com ofertada diferenciada, por exemplo, disciplina de física com 2 créditos a mais (2014) e seleção específica para alunos que apresentam dificuldades;
- ✓ Software desenvolvido em trabalho de conclusão de curso Engenharia da Computação de Bagé e utilizado para definir padrões de evasão com dados do SIE – que pode ser analisado como ferramenta para definição de padrões de evasão, a exemplo de outras soluções de funções semelhantes;
- ✓ Envolvimento dos alunos em grupos de pesquisa e extensão, relatados nas entrevistas, que possibilitam a socialização e a permanência dos alunos na Universidade;
- ✓ Volume de recurso em bolsas para permanência dos alunos e infraestrutura em construção nos campi (salas de aula e laboratórios, restaurantes universitários e moradias estudantis);
- ✓ Pesquisas sobre o perfil dos alunos ingressantes, realizadas pelos NuDEs;
- ✓ Pesquisa sobre a Graduação e Pós-Graduação, realizada pela CPA;
- ✓ Curso de apoio pedagógico para assistentes sociais e pedagogas, realizado em outubro/2014 – promovido pela PROGRAD em parceria com a PRAEC e participação de representantes de outras Universidades - com o objetivo de promover a reflexão a respeito da realidade institucional em comparativo com outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Os participantes debateram sobre o tema da evasão e da retenção, e ações diversas neste tema.
- ✓ Fóruns realizados - Fórum das Licenciaturas, realizado no campus Bagé em 16/06/14; Fórum dos cursos tecnológicos – realizado em 10/14, com participação de coordenadores e professores dos cursos tecnológicos da Universidade, com o objetivo de discutir a evasão discente, a inserção dos egressos no mercado de trabalho, a divulgação dos cursos na comunidade local e o registro nos conselhos profissionais; Fórum das Engenharias e Ciências Exatas, realizado no campus Alegrete em 10/11/14, com a apresentação de dados sobre evasão e retenção; e Fórum das Ciências Sociais e Aplicadas, realizado em 16/12/14 no campus Santana do Livramento com apresentação dos dados sobre evasão e retenção;
- ✓ Encontro de coordenadores acadêmicos, chefes de secretarias acadêmicas e PROGRAD – realizado em outubro/2014, reuniu, em Bagé, coordenadores acadêmicos, chefes das secretarias acadêmicas e membros da Pró-Reitoria de Graduação com objetivo de discutir o processo de construção do calendário acadêmico 2015, o sistema de bibliotecas, a evasão na UNIPAMPA e as ações de formação docente.
- ✓ Curso de Formação Pedagógica, organizado pela COORDEP em diversos campi (outubro e novembro/2014), com o objetivo de proporcionar formação didático-pedagógica e contribuir para o desenvolvimento profissional dos docentes.

6. CONCLUSÃO

A UNIPAMPA é uma universidade jovem, com apenas oito anos de existência, e que, apesar de ter sido criada a partir do zero, demonstrou e demonstra grande capacidade de vencer desafios. Estamos certos das muitas realizações nas áreas do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão. Os servidores, alunos e colaboradores terceirizados da Universidade somam-se para enfrentar esses desafios, impostos pela implantação, pelas longas distâncias entre seus campi e pela realidade de cidades do interior, fatores que ampliam as dificuldades de retenção de alunos e servidores. Não somos diferentes de outras Universidades, temos problemas relacionados à efetiva permanência dos alunos e à conclusão nos cursos, e temos problemas relacionados aos processos, normais em qualquer organização, visto que são dinâmicos e sofrem reflexos de mudanças internas e externas a todo o tempo. Muitas ações são necessárias e muitas ações estão sendo realizadas pela Universidade em todos os seus níveis. O trabalho da Auditoria buscou evidenciar problemas que são conhecidos e que têm sido combatidos, mas que precisamos ter uma melhor compreensão dos fatores que os ocasionam, com informações institucionalizadas e ações articuladas entre os campi e a reitoria. Procuramos evidenciar também as ações positivas, as estruturas existentes e o esforço dos servidores e dos gestores para minimizar os problemas existentes.

A Auditoria na área do Ensino de Graduação foi a primeira realizada na UNIPAMPA, e teve a intenção de contribuir para a melhoria dos processos e dos resultados finalísticos, buscando, com uma visão externa, salientar os pontos que entendemos necessários uma concentração de esforços institucionais, para diminuir os riscos de não alcançarmos nossos objetivos.

Bagé, 22 de dezembro de 2014.



ANEXO I – CONSTATAÇÕES INICIAIS E ANÁLISE AMBIENTAL

Constatações Iniciais

Os trabalhos de auditoria tiveram início em reuniões com os gestores das principais áreas envolvidas: Pró-Reitora de Graduação, Pró-Reitora Adjunta de Graduação e a Coordenadora da Divisão de Registros Acadêmicos; Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação – NTIC e Coordenador de Apoio ao Usuário; Chefe da Divisão de Documentação Acadêmica; e Chefe da Divisão de Dados Institucionais.

A Auditoria, com base nas informações recolhidas, compilou uma análise ambiental sobre o ensino de graduação, sendo as constatações iniciais organizadas em perspectivas estratégicas, utilizadas para avaliar qualquer tipo de organização, seja ela pública ou privada.

Orçamento e Finanças

I. Custo Aluno – O custo anual do aluno na UNIPAMPA, em 2013, foi de R\$ 42.438,51, sendo calculado pela metodologia da portaria 408/2002, do Tribunal de Contas da União - TCU, que considera os alunos equivalentes. A metodologia do cálculo considera o número de concluintes, o que contribui para que a UNIPAMPA tenha um custo superior às demais Universidades. Isso acontece porque 50% dos cursos existentes foram criados nos últimos quatro anos e ainda não completaram seu ciclo, tendo suas primeiras formaturas a partir de 2014. Além disso, a taxa de sucesso nos cursos, que é calculada pelo número de diplomados dividido pelo número de ingressantes, foi de 40,34% em 2011, 40,51% em 2012 e 35,02% em 2013, o que também contribui para elevar o custo.

II. Distribuição orçamentária - Perda de recursos orçamentários em função da evasão, já que a matriz de distribuição do MEC – Matriz de Orçamento de Custeio e Capital – OCC leva em conta a participação da UNIPAMPA no conjunto de universidades do país, calculado sobre a participação total de alunos equivalentes e participação em eficiência e qualidade acadêmica.

Processos Internos e Tecnologia

III. Normas institucionais – Constatado pela Auditoria que a principal norma institucional da graduação, a resolução 29/2011, está desatualizada. A resolução está em processo de atualização, havendo uma minuta em análise pela comunidade acadêmica para submissão ao Conselho Universitário – CONSUNI. Outra norma institucional importante é a que define os encargos docentes, cuja proposta foi encaminhada pela PROGRAD, em novembro de 2013, para o CONSUNI, e foi aprovada na reunião de 28 de agosto de 2014 (resolução 79/2014).

IV. Estruturas administrativas – A estrutura de funcionamento da Universidade está prevista no Regimento Geral e na Portaria 367, de 18/04/2013. A Auditoria constatou, com base nas entrevistas com os servidores das secretarias acadêmicas dos campi selecionados como amostra, que existem dúvidas sobre qual setor seria o responsável pelos processos. Por exemplo: um problema de inconsistência de dados no SIE deve ser reportado à Divisão de Registros Acadêmicos, da PROGRAD, ou ao Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação – NTIC? Os processos seletivos



complementares deveriam ser de responsabilidade da Coordenadoria de Processos Seletivos ou devem continuar a cargo da Divisão de Documentação Acadêmica?

V. Processos de trabalho – A Auditoria identificou fragilidades nos processos de trabalho executados pelas unidades, as quais não possuem manuais para orientar os servidores na hora de fazer os registros acadêmicos – falta padronização na forma como os lançamentos dos registros acadêmicos são realizados no sistema SIE e faltam manuais e instruções operacionais aos envolvidos; registros incorretos sobre as situações que levam à reprovação – frequência x desempenho; relatórios que consideram alunos formados como alunos em situação de evasão, etc.

VI. Confiabilidade dos dados institucionais - Falta de confiabilidade das informações no sistema acadêmico, com informações inconsistentes no sistema utilizado pela UNIPAMPA (SIE).

VII. Sistemas de Informação – A Auditoria verificou que o Sistema de Informações para o Ensino – SIE está desatualizado em relação às demandas dos processos de trabalho da UNIPAMPA. Nos cursos e campi selecionados como amostra foram relatados problemas tais como: as informações carregadas no sistema não são completas, não contêm, por exemplo, campo para informações sobre as ações afirmativas de ingresso ou sobre a nota obtida no ENEM; o SIE não possibilita customizações necessárias às particularidades dos cursos e seus dados apresentam inconsistências nas informações.

Discentes

VIII. Políticas para o ensino – As políticas e diretrizes para o ensino estão fixadas no PDI, mas alguns pontos importantes, como procedimentos de acompanhamento dos motivos da evasão e acompanhamento dos egressos, não estão definidos e/ou sistematizados, não havendo um efetivo acompanhamento do discente conforme estabelecido (Aperfeiçoamento do Programa Permanente de Acompanhamento Discente, visando à redução da retenção e evasão da Universidade).

IX. Controle sobre fatores de retenção e evasão – A situação da retenção em disciplinas e da evasão é de conhecimento dos gestores, havendo diagnósticos e ações, mas sem uma análise sistêmica e contínua sobre os fatores que geram os problemas e, principalmente, sem ações institucionais articuladas para que eles sejam mitigados; a Auditoria verificou que algumas disciplinas apresentam altíssima retenção, principalmente aquelas que são pré-requisitos em cursos das áreas das ciências exatas e engenharias, e possuem também uma taxa de evasão elevada, fato apontado no relatório de gestão 2013 como um problema preocupante, visto que o abandono da instituição e do sistema de ensino chegou a 10,50% do total de alunos no primeiro semestre de 2013 (fonte RG 2013 pg. 45).

X. Bolsas de assistência estudantil – Problemas relacionados ao controle dos alunos evadidos em relação à concessão de bolsas.

XI. Ociozidade de vagas – Disponibilidade de vagas em virtude do não preenchimento inicial em alguns cursos e da evasão, com o consequente mau aproveitamento da estrutura física, de pessoal e tecnológica; muitas vagas ociosas nos cursos não são destinadas aos editais complementares.

XII. Baixa taxa de conclusão – Cursos que possuem um baixo índice de concluintes, sem acompanhamento institucional das causas que ocasionam o problema, e, consequentemente, sem condições de definir ações para mitigá-lo.



Aprendizado e Crescimento

XIII. Dimensionamento de pessoal – Problemas relacionados à distribuição dos encargos docentes; pouco efetivo de pessoal nas secretarias acadêmicas para atendimento das demandas dos cursos; falta de profissionais para acompanhamento dos alunos nos NuDEs (Psicólogos).

XIV. Controle da frequência dos docentes, discentes e técnicos – Fragilidade no controle da frequência, principalmente dos docentes, nos campi e fragilidades no controle da frequência dos discentes.

XV. Capacitação técnica – Constatadas fragilidades na capacitação dos técnicos vinculados às secretarias acadêmicas.

Análise ambiental simplificada, com base nas constatações:

Fraquezas

Deficiências nos controles e registros acadêmicos;

Estruturas administrativas replicadas em graduação, pós-graduação e ensino à distância - EAD;

Falta de capacitação aos técnicos envolvidos nos processos de registros acadêmicos;

Falta de confiabilidade das informações geradas pelo sistema SIE;

Falta de controle da efetividade dos docentes vinculados aos cursos;

Falta de normas institucionais importantes para regular o ensino de graduação e os encargos docentes, ou normas desatualizadas;

Fragilidades nos processos de trabalho, com falta de manuais e padronização;

Mau dimensionamento de pessoal nas secretarias acadêmicas;

Retenção em disciplinas.

Forças

Avaliações dos cursos pelo MEC acima de 3, sendo que, dos quarenta e seis cursos avaliados, oito obtiveram nota 3, trinta e cinco nota 4 e dois nota 5 (máxima);

Cursos com avaliação INEP – conceito preliminar do curso e conceito de avaliação dos alunos – ENADE, de 2013: Nutrição - Itaqui - ENADE: 3 e CPC: 4; Tecnologia em Agronegócios - Dom Pedrito - ENADE: 4 e CPC: 4; Agronomia – Itaqui - ENADE: 4 e CPC: 4; Enfermagem – Uruguaiana - ENADE: 4 e CPC: 4; Farmácia - Uruguaiana - ENADE: 3 e CPC: 4; Fisioterapia - Uruguaiana - ENADE: 4 e CPC: 4; Medicina Veterinária - Uruguaiana - ENADE: 5 e CPC: 4; Serviço Social - São Borja - ENADE: 3 e CPC: 3; Zootecnia - Dom Pedrito - ENADE: 3 e CPC: 3.

Índice Geral dos Cursos – ICG da UNIPAMPA, nota 4 (ano 2013);

Políticas implantadas de assistência estudantil – restaurantes universitários (campus Alegrete, Jaguarão, São Borja e São Gabriel e outros em obras ou em processo de licitação) e moradias estudantis (Santana do Livramento);

Sistemas de Informação – domínio dos códigos fonte para customização e melhorias nos sistemas (SIE) e sistemas desenvolvidos na própria instituição (GURI/SIPPE).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
AUDITORIA INTERNA

Oportunidades

Novos cargos de técnicos-administrativos;
ENEM/SISU;
Volume de recursos para assistência estudantil.

Ameaças

Evasão;
Ociosidade de vagas nos cursos com dificuldades no preenchimento inicial e manutenção dos alunos;
Repasses menores de recursos pela perda de alunos;
Repasses menores de recursos por informações erradas no censo.



ANEXO II – CRITÉRIOS - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E CONSIDERAÇÕES AUDITORIA

No contexto estratégico o ensino de graduação é de vital importância, pois dele depende a evolução dos discentes em direção à pós-graduação e à realização efetiva da extensão universitária. No contexto estratégico citamos:

O Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabeleceu metas ao ensino superior em diversos níveis, sendo que cada meta tem uma estratégia vinculada para atingir o seu objetivo. Dentre as metas do PNE, as metas 12, 13 e 14 estão relacionadas à qualidade e ampliação do acesso à educação superior e à pós-graduação. Essas metas, no contexto institucional, podem ser traduzidas na necessidade estratégica de ampliar as vagas atuais, aproveitando os recursos federais disponíveis e a necessidade de elevar as taxas de conclusão, com o combate à retenção e à evasão, orientando assim os objetivos da área (visão da Auditoria).

Abaixo, passamos a elencar as metas e objetivos vinculados ao PNE que consideramos mais pertinentes ao contexto da Auditoria:

A meta número 12, do PNE, trata de elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos. A meta deverá ser atingida até o final da vigência do PNE (2024). Dentre as estratégias relacionadas, salientamos:

Estratégia 12.1 - Otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação;

Estratégia 12.3 - Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;

Estratégia 12.5 - Ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

Estratégia 12.17 - Estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na educação pública superior;

A meta número 13, do PNE, trata da elevação da qualidade da educação superior e ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) doutores. Dentre as estratégias, salientamos:

Estratégia 13.3 - Induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente;

Estratégia 13.8 - Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e



cinco por cento), em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional;

Estratégia 13.9 - Promover a formação inicial e continuada dos profissionais técnico-administrativos da educação superior.

A meta 14 do PNE diz respeito diretamente às matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores, sendo consequência também, no entendimento da Auditoria, de uma política exitosa nos níveis anteriores.

Dentre as metas e estratégias citadas pela Auditoria, nota-se a preocupação com a capacidade de ampliação de vagas, com a permanência dos estudantes, com a taxa de conclusão, com mecanismos que possam diminuir as vagas ociosas na educação superior pública e com a melhoria dos sistemas de autoavaliação, numa perspectiva de realização até a vigência do plano em 2024.

Em nível institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UNIPAMPA apresenta quatro eixos estruturantes: a excelência acadêmica, o aperfeiçoamento institucional, a dimensão humana e o compromisso social, como orientadores dos objetivos a serem alcançados até 2018.

Dentre os objetivos que estão almejados nos eixos temos, na íntegra e com grifos àqueles mais afins da Auditoria:

Excelência Acadêmica - Aperfeiçoar o Ensino de Graduação; Aperfeiçoar o Ensino de Pós-Graduação; Aperfeiçoar as ações de Pesquisa; Aperfeiçoar a Extensão Universitária; Aperfeiçoar as ações de Educação a Distância; Implantar a Editora Universitária e disseminar o conhecimento através dela; Qualificar a participação da Universidade em projetos de Inovação; Promover e desenvolver atividades Integrativas de Ensino, Pesquisa e Extensão; Apoiar a integração entre cursos e dos cursos com a comunidade; Garantir o atendimento Educacional Especializado (AEE) transversalizado no Ensino, na Pesquisa e na Extensão; Construir a internacionalização como política institucional perpassando todos os níveis de atuação através da cooperação bilateral e multilateral com instituições internacionais, para ampliação do programa de mobilidade de toda a comunidade acadêmica; Implementação de uma Política Linguística em nível institucional, incluindo o aperfeiçoamento do corpo discente, docente e técnico-administrativo para favorecer a inserção internacional.

Compromisso social - Acompanhar o discente; Proporcionar condições para a permanência dos discentes na Universidade; Oferecer condições culturais, esportivas e de lazer; Desenvolver ações de aperfeiçoamento e qualificação de profissionais na área de Acessibilidade.

Aperfeiçoamento Institucional - Adaptar a estrutura organizacional frente aos novos desafios e a estrutura multicampi; Aperfeiçoar os processos de comunicação Interna e Externa; Garantir às pessoas com deficiência condições de acesso e permanência na Universidade; Desenvolver mecanismos que aperfeiçoem a Gestão; Implantar a infraestrutura de edificações necessárias às atividades acadêmicas e administrativas; Ofertar serviços e soluções de TIC para a comunidade universitária; Promover a Sustentabilidade Ambiental.

Desenvolvimento Humano - Acompanhar e apoiar o desempenho dos servidores; Dimensionar as necessidades institucionais de pessoal; Promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos servidores; Aprimorar a gestão de pessoas buscando a qualidade de vida e saúde do servidor.



ANEXO III - AVALIAÇÃO DOS CONTROLES PELA PROGRAD COM OBSERVAÇÕES AUDIN

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	AVALIAÇÃO					Observações AUDIN (x vermelho)
	1	2	3	4	5	
Ambiente de controle						
Existem objetivos estratégicos formalizados para o ensino de graduação na Universidade – obs.: PROGRAD - Plano de Gestão e PI 2012-2015 e PDI 2014-2018					x	Sim – foram identificados objetivos estratégicos tanto a nível nacional (PNE) quanto a nível Institucional (PDI), necessitando acompanhamento formal dos indicadores.
Existem regimentos que definem as competências das comissões, coordenações, biblioteca, laboratórios e demais setores envolvidos com o ensino de graduação			x			Sim Regimento das Comissões Superiores; Regimento Geral para Coordenações de Curso e Acadêmicas e Regimento do SISBI. Falta regimento dos campi (secretarias acadêmicas).
Existem manuais de procedimentos e normas formalizadas e padronizadas aplicáveis aos diversos processos que compõem o ensino de graduação, inclusive em relação aos registros no SIE	x			x		Verificado pela auditoria que existem manuais do sistema herdados da UFSM, faltando manuais e padronização dos processos acadêmicos.
É de conhecimento dos servidores e dos alunos o conteúdo dos regimentos, dos manuais de procedimentos e das normas que regem as atividades de ensino			x		x	Nos campi analisados constata-se que os servidores têm conhecimento das normas e regimentos que regem suas atividades; porém, foi relatada a necessidade de normatizar ou atualizar algumas normas (29/2014), bem como padronizar processos comuns a vários campi.
Existe clara definição de responsabilidades dos servidores e é observada a segregação de funções	x					A Auditoria constatou que precisam ser melhor identificadas as responsabilidades e atribuições de algumas coordenadorias (registros acadêmicos e processos seletivos), bem como dos responsáveis pelos processos entre campus, Pró-Reitoria e NTIC (formalizar através de mapeamento o fluxo dos processos) e verificar o nível de permissões no sistema SIE.
A Pró-Reitoria de Graduação e as direções das unidades instituem controles internos aplicados ao ensino de graduação e dão suporte adequado ao seu funcionamento	x	x				Verificado pela Auditoria a necessidade de aprimorar os controles relativos ao alcance de objetivos e metas nacionais e institucionais, bem como controle sobre fatores que causam a retenção e a evasão e controles sobre o desempenho dos alunos e a efetividade dos docentes.
Os controles instituídos sobre os diversos processos do ensino de graduação são percebidos por todos os servidores e são constantemente avaliados e melhorados com a participação dos envolvidos	x	x				Conforme item anterior, há necessidade de melhorar o controle em diversos níveis e, consequentemente, a percepção deles pelos servidores envolvidos.
Existe política de capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores docentes e técnico-administrativos ligados ao ensino de graduação			x			Existem objetivos e indicadores de capacitação no PDI e estruturas organizacionais (COORDEP e COORDEG) com diretrizes e ações de capacitação; porém, foram observadas pela Auditoria deficiências nos processos de capacitação de servidores ligados às secretarias acadêmicas.
Avaliação de risco	1	2	3	4	5	
Os objetivos e metas relacionados ao ensino de graduação estão formalizados e são acompanhados na sua realização	x					Os objetivos e metas estão definidos no PNE e no PDI, porém não há indicativo de controle efetivo sobre os indicadores alcançados.



Os processos críticos e os fatores impeditivos (evasão e retenção por ex.) para consecução dos objetivos e metas são conhecidos e recebem atenção especial para que sejam minimizados seus riscos	x				A Auditoria verificou que os problemas relacionados à retenção e à evasão são do conhecimento da gestão, bem como que existem várias ações voltadas a buscar soluções aos problemas; porém, nos campi selecionados como amostra, ficou evidente a necessidade de controlar dados e informações para efetivamente realizar a gestão de risco.
Existe acompanhamento sobre os resultados finais obtidos no ensino de graduação (egressos) de forma a avaliar o risco de não atingir o perfil desejado	x				A Auditoria sugeriu que deve ser intensificado o acompanhamento individual dos alunos para diminuir problemas relacionados à retenção em disciplinas e evasão, não avaliando egressos.
Existe acompanhamento dos indicadores de realização dos objetivos e metas, de forma a orientar a tomada de decisão.	x		x		Com base na resposta do item 1, da avaliação de risco, consideramos mais adequada a avaliação como parcialmente observado em sua minoria.
Na ocorrência de erros e/ou danos decorrentes de fragilidades nos controles internos, é prática a adoção de medidas para evitar que tais fatos ocorram novamente e são instaurados os procedimentos para apuração das responsabilidades e resarcimento ao erário	x	x			A Auditoria não apurou nenhuma fraude ou dano que enseje responsabilidade, quanto a erros e fragilidades dos controles. Foi observada, nos campi selecionados como amostra, a disposição na correção e aprimoramento dos controles.
Procedimentos de controle	1	2	3	4	5
As atividades de controle adotadas pela Pró-Reitoria são apropriadas e têm funcionado consistentemente (registros acadêmicos por ex.)				x	A Auditoria concorda com a avaliação do gestor, porém salienta o necessário aprimoramento dos controles relacionados ao aluno e ao docente, bem como a necessária melhoria e atualização dos sistemas acadêmicos para maior confiabilidade dos dados.
As atividades relacionadas aos processos de ensino estão sistematizadas e dispõem de sistemas informatizados apropriados para o controle operacional e gerencial das informações (oferta de vagas, plano de ensino, registros dos diários de classe, carga horária dos docentes, avaliação de desempenho, controle de disciplinas, etc...)	x		x		Sim- os sistemas analisados: SIE, GURI e SIPPEE dispõem de ferramentas para controle; porém, precisam de aprimoramento com relação à atualização e customização aos processos (SIE), padronização da inserção das informações (SIPPEE) e melhorar a oferta de relatórios gerenciais (GURI).
Os processos são controlados de forma a que possíveis irregularidades ou inconsistências possam ser identificadas e corrigidas nos diferentes níveis de competência e tramitação	x				Pelas necessárias melhorias na padronização e no sistema acadêmico – SIE, a Auditoria concorda com a avaliação do gestor.
As atividades de ensino têm atingido a totalidade dos alunos com relação à acessibilidade física e didática	x				Pelas entrevistas realizadas, principalmente em relação às demandas do curso selecionado como amostra, BICT, do campus Itaqui, a Auditoria avalia no mesmo patamar do gestor o item, sendo verificadas ações para melhorar a questão durante a própria auditoria (capacitações em acessibilidade).
Existem ações de controle adequadas, suficientes e abrangentes para mitigar a retenção e a evasão	x				A Auditoria concorda com a avaliação do gestor em função das avaliações dos itens anteriores, sugerindo o aprimoramento dos controles com relação aos problemas de retenção e evasão.
Informação e comunicação	1	2	3	4	5
As informações necessárias para o controle dos processos e a eficácia das medidas de gerenciamento são repassadas a todos os interessados	x		x		A avaliação da Auditoria leva em conta as entrevistas e informações obtidas com os servidores das secretarias acadêmicas dos campi selecionados como amostra.
A informação relevante é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas que dela necessitam			x	x	A avaliação da Auditoria no item leva em consideração que as orientações em nível estratégico são de conhecimento dos servidores envolvidos, embora alguns servidores entrevistados nos campi selecionados como amostra, tenha relatado a falta de políticas definidas para a área do ensino, ou pelo menos a publicidade dessa



					política instituída.
Existem fluxos de informação que possibilitam o controle nos diversos níveis e fornecem subsídios à tomada de decisão no tempo certo		x		x	A Auditoria considera, pelos altos índices de retenção e evasão verificados nos trabalhos, que esses fluxos não tem possibilitado a tomada de decisão tempestiva.
A informação a respeito do planejamento das atividades é amplamente divulgada entre os envolvidos e/ou interessados			x		Sim, verificado que sobre o PDI há conhecimento geral, porém foram observados problemas com a comunicação entre setores e falta de conhecimento das políticas específicas instituídas para a área.
Monitoramento	1	2	3	4	5
O sistema de controle é monitorado pelos gestores envolvidos para avaliar sua qualidade e validade ao longo do tempo	x				A Auditoria concorda com a avaliação do gestor em função das fragilidades verificadas nos itens de controle.
O sistema de controle tem sido efetivo pelas avaliações realizadas	x	x			A avaliação da Auditoria leva em consideração os problemas apontados e o necessário aprimoramento dos controles.
O sistema de controle tem contribuído para a melhoria do desempenho das atividades relacionadas	x				A Auditoria concorda com a avaliação do gestor em função das fragilidades verificadas nos itens de controle, que são essenciais para melhoria do desempenho da área.
O sistema de controle dispõe de indicadores que avaliam o ensino e que possibilitam uma melhor tomada de decisão	x				Sim, possuem indicadores no PDI, porém necessitam de acompanhamento e ações para realizar os objetivos e metas.
Análise Crítica:					

Escala de valores da Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto.
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto, porém, em sua minoria .
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto.
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto, porém, em sua maioria .
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto.